



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO TIAGO

CNPJ: 17.749.904/0001-17

Praça Ministro Gabriel Passos, 681 | Centro | São Tiago | MG | CEP 36.350-000.

www.saotiago.mg.gov.br | prefeitura@saotiago.mg.gov.br

Fone Recepção: (32) 3376-2800



PREGÃO ELETRÔNICO

002/2024

CONTRATANTE

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO TIAGO (MG)

OBJETO

Registro de Preços para futura, eventual e parcelada **aquisição de equipamentos de proteção individual – EPI, equipamentos de proteção coletiva – EPC e correlatos**, em atendimento as Secretarias Municipais de Administração, Educação, Saúde, Obras e Urbanismo e Agropecuária, Comércio, Indústria e Meio Ambiente conforme especificações e quantitativos constantes no Termo de Referência (Anexo I).

VALOR ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO

R\$ 285.487,32

DATA DA SESSÃO PÚBLICA

Dia 08/04/2024 às 9 horas (horário de Brasília)

CRITÉRIO DE JULGAMENTO:

Menor preço por item.

MODO DE DISPUTA:

Aberto

PREFERÊNCIA ME/EPP/MEI/EQUIPARADAS

SIM



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO TIAGO

CNPJ: 17.749.904/0001-17

Praça Ministro Gabriel Passos, 681 | Centro | São Tiago | MG | CEP 36.350-000.

www.saotiago.mg.gov.br | prefeitura@saotiago.mg.gov.br

Fone Recepção: (32) 3376-2800



Sumário

AVISO	3
1. DO OBJETO.....	4
2. DO REGISTRO DE PREÇOS	4
3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO.....	4
4. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO	6
5. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA	8
6. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES .	9
7. DA FASE DE JULGAMENTO	11
8. DA FASE DE HABILITAÇÃO	13
9. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS	15
10. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA.....	16
11. DOS RECURSOS	16
12. ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO.....	17
13. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES	17
14. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO.....	19
15. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS.....	19

AVISO IMPORTANTE

DATA DE REALIZAÇÃO DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 002/2024: 08/04/2024

RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS E DOCUMENTAÇÃO

Início: 21/03/2024 às 14 horas

Término: 08/04/2024 às 9 horas.

ABERTURA DAS PROPOSTAS:

Início: 08/04/2024 às 9 horas

Término: 08/04/2024 às 9h30.

INÍCIO DA FASE DE LANCES:

DIA: 08/04/2024 às 9h30.

– O prazo e horário previsto para o FIM DO RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS, DOCUMENTAÇÃO E INÍCIO DA SESSÃO PÚBLICA encerra a fase de envio de quaisquer documentos desta natureza, sendo que após o referido horário nenhum participante terá acesso ao sistema para efeito de alteração e/ou substituição de proposta e documentos.

– Após o prazo e horário previsto para o FIM DO RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS, DOCUMENTAÇÃO E INÍCIO DA SESSÃO PÚBLICA terá início a sessão pública propriamente dita, sendo que no prazo e horário previstos entre esse e o INÍCIO DA FASE COMPETITIVA, a Pregoeira, auxiliada pela Equipe de Apoio, se for o caso, fará a conferência individual da proposta eletrônica acerca dos requisitos formais previstos neste Edital, para efeito de classificação.

– A conferência a ser realizada pela Pregoeira, auxiliada pela Equipe de Apoio, se for o caso, constitui-se de ato legal, público e, portanto, insere-se na sessão pública, já que incumbe à Pregoeira verificar as propostas apresentadas e desclassificar aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos no edital e, em sendo o caso, a desclassificação da proposta será fundamentada e registrada no sistema, acompanhado em tempo real por todos os participantes.

– O prazo e horário previsto para o INÍCIO DA FASE COMPETITIVA encerra a fase de análise e classificação das propostas e dá início à disputa por lances entre os participantes que obtiveram suas propostas classificadas na fase anterior, obedecendo ao critério de ordenação das propostas realizado de forma automática pelo sistema.

INSTRUÇÕES PARA CADASTRO NO SISTEMA SH3

1. Para iniciar o cadastro no sistema eletrônico de pregão, será necessário o registro do fornecedor (EMPRESA) e seus respectivos representantes, conforme segue:

Acessar o painel pregão eletrônico em (<https://saotiago.licitapp.com.br/>)

- a) Selecionar a opção (ENTRAR), caso não possua acesso, escolher a opção (ainda não tenho cadastro, assim, será direcionado para a página <https://saotiago.licitapp.com.br//novoUsuario>). Feito isto, preencher os dados necessários e incluir os documentos solicitados pelo sistema. **OBS: Lembrando que nesse primeiro momento o cadastro será referente à empresa (fornecedor).**
- b) Após a finalização do cadastro principal (FORNECEDOR), fazer o login para acessar o sistema;
- c) Em seguida preencher o nome e e-mail do representante (USUÁRIO) que irá dar andamento no sistema, automaticamente um CONVITE será enviado para o e-mail informado, para que o representante (USUÁRIO) faça a inclusão das informações necessárias e inicie a operacionalização do sistema. **OBS: Sempre que a empresa quiser cadastrar um novo usuário (representante para Sessão), será necessário fazer o login: com a opção Fornecedor, CNPJ e senha.**

ATENÇÃO: Para **CADASTRAR A PROPOSTA** e enviar a documentação o representante da empresa deverá logar com a opção **Usuário/representante, utilizando o CPF e Senha**, pois, é com este perfil que será anexada a documentação, **PREENCHIDA A PROPOSTA** e enviados os lances eletrônicos da empresa que o credenciou.

Havendo dúvidas o interessado poderá contatar o Setor de Licitações pelo telefone (32) 3376-2800 ou e-mail: licitacaosaotiago@yahoo.com.br ou licitacao@saotiago.mg.gov.br em caso de ligação é importante que o licitante evite se identificar ou identificar a empresa, assegurando, assim, o relevante sigilo de sua participação na licitação.

Ao acessar a plataforma de pregão eletrônico, disponível em <https://saotiago.licitapp.com.br/>; o USUÁRIO notará que ao lado esquerdo da tela, estão disponibilizados manuais (tutorial) explicativo de uso de sistema, e também vídeos explicativos

REFERÊNCIA DE TEMPO: horário de Brasília/DF.

MODO DE DISPUTA: ABERTO

PROCESSO EXCLUSIVO EPP/ME/MEI: (X) SIM - () NÃO

SITE DE REALIZAÇÃO DO PREGÃO

O Pregão será realizado através da Plataforma de Pregão Eletrônico da SH3 Informática
<https://saotiago.licitapp.com.br/>

ESCLARECIMENTOS E IMPUGNAÇÕES DO EDITAL

ATÉ 3 DIAS ÚTEIS ANTES DA DATA DE ABERTURA (ATÉ 03/04/2024)
<https://saotiago.licitapp.com.br/>



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO TIAGO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 002/2024

(Processo Administrativo nº032/2024 – Edital 002/2024)

O Município de São Tiago torna público para conhecimento dos interessados, por meio do Setor de Licitações, sediado na Praça Ministro Gabriel Passos, 681, centro em São Tiago, CEP: 36.350-000, CNPJ: 17.749.904.0001/17, que realizará licitação, para registro de preços, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, no modo de disputa ABERTO, do tipo “MENOR PREÇO”, CRITÉRIO DE JULGAMENTO “MENOR PREÇO POR ITEM” nos termos da [Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021](#), com suas alterações posteriores, do Decreto Municipal 3.725/2024, Decreto Municipal 3.452/2022, da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73/2023 e da Lei Complementar nº123 de 14 de dezembro de 2006 e suas alterações posteriores, e, ainda, pelo estabelecido no presente Edital e seus anexos. O Pregão será realizado pela servidora da Prefeitura, Ângela Carolina Ribeiro Costa – Pregoeira e Equipe de Apoio designados pela Portaria nº 31 de 22 de fevereiro de 2024, publicada no sítio www.saotiago.mg.gov.br.

1. DO OBJETO

1.1 O objeto da presente licitação é o Registro de Preços para futura, eventual e parcelada aquisição **de equipamentos de proteção individual – EPI, equipamentos de proteção coletiva – EPC e correlatos**, em atendimento as Secretarias Municipais de: Administração, Educação, Saúde, Obras e Urbanismo e Agropecuária, Comércio, Indústria e Meio Ambiente, conforme especificações e quantitativos constantes no Anexo I – Termo de Referência, que integram este edital e seus anexos

1.2 A licitação será dividida em itens, conforme tabela constante do Termo de Referência, facultando-se ao licitante a participação em quantos itens forem de seu interesse.

2. DO REGISTRO DE PREÇOS

2.1 As regras referentes aos órgãos gerenciadores e participantes, bem como as eventuais adesões são as que constam da minuta de Ata de Registro de Preços.

3 DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

3.1 Poderão participar da licitação qualquer pessoa jurídica do ramo que atenda as exigências e condições contidas no presente edital:

3.1.1 A Participação é exclusiva a **Microempresas (ME), Empresas de Pequeno Porte (EPP) e Microempreendedor Individual (MEI)**, nos termos do art. 48 da Lei Complementar 123/2006.

3.1.2 A participação nesta licitação é restrita às **Microempresas (ME), Empresas de Pequeno Porte (EPP) e Microempreendedor Individual (MEI)**, legalmente autorizados a atuarem no ramo pertinente ao objeto desta licitação, que atendam a todas as exigências contidas neste Edital e que apresentem a documentação solicitada neste instrumento convocatório.

3.1.3 Consideram-se **Microempresas (ME), Empresas de Pequeno Porte (EPP) e Microempreendedor Individual (MEI)** aptos à participação no presente certame, aquelas que preenchem os requisitos do art. 3º, da Lei Complementar Federal n.º 123/2006 e suas posteriores alterações.

3.1.4 A obtenção do benefício a que se refere os itens anteriores fica limitada às microempresas, às empresas de Pequeno Porte e os Microempreendedores que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham

celebrado contratos com a administração pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como Empresa de Pequeno Porte.

3.2 Os licitantes deverão utilizar o sistema da SH3 Informática Ltda, para apresentar a documentação de habilitação, ofertar a proposta e enviar seus lances.

3.3 A participação nesta licitação importa à proponente na irrestrita aceitação das condições estabelecidas no presente edital, bem como, a observância dos regulamentos, normas administrativas e técnicas aplicáveis, inclusive quanto a recursos. A não observância destas condições ensejará no sumário IMPEDIMENTO da proponente, no referido certame.

3.4 Não cabe aos licitantes, após sua abertura, alegação de desconhecimento de seus itens ou reclamações quanto ao seu conteúdo. Antes de elaborar suas propostas, as licitantes deverão ler atentamente o Edital e seus anexos, devendo estar em conformidade com as especificações do ANEXO I (TERMO DE REFERÊNCIA).

3.5 Como requisito para participação no PREGÃO ELETRÔNICO o licitante deverá manifestar, em campo próprio do Sistema Eletrônico, que cumpre plenamente os requisitos de habilitação e que sua Proposta de Preços está em conformidade com as exigências do instrumento convocatório, bem como a descritiva técnica constante do ANEXO I (TERMO DE REFERÊNCIA).

3.6 Como condição para participação no pregão, a licitante assinalará “SIM” ou “NÃO” em campo próprio do sistema eletrônico, relativo ao Termo/declaração de aceite, a qual declara não existir impedimento para se habilitar na presente licitação e que cumpri todas as exigências do instrumento convocatório e da legislação.

3.7 A declaração falsa relativa ao cumprimento dos requisitos de habilitação e proposta sujeitará a licitante às sanções previstas no Edital e Lei Federal nº 14.133/21, especialmente o art. 155 da NLL (Nova Lei de Licitações).

3.8 Independente de declaração expressa, a simples apresentação de proposta implica submissão a todas as condições estipuladas neste Edital e seus Anexos, sem prejuízo da estrita observância das normas contidas na legislação mencionada em seu preâmbulo.

3.9 Todos os custos decorrentes da elaboração e apresentação de propostas serão de responsabilidade exclusiva da licitante, não sendo o Município em nenhum caso, responsável por eles. A licitante também é único responsável pelas transações que forem efetuadas em seu nome no Sistema Eletrônico, ou pela sua eventual desconexão.

3.10 Não poderão disputar esta licitação:

3.10.1 aqueles que não atendam às condições deste Edital e seus anexos;

3.10.2 autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre os serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

3.10.3 empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do Projeto básico ou do Projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

3.10.4 pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

3.10.5 aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

3.10.6 empresas controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

3.10.7 pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

3.10.8 agente público do órgão ou entidade licitante;

3.10.9 organizações de sociedade civil de interesse público – OSCIP, atuando nessa condição;

3.10.10 Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme [§ 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021](#).

3.11 O impedimento de que trata o item 3.10.4 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

3.12 A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 3.10.2 e 3.10.3 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

3.13 Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

3.14 O disposto nos itens 3.10.2 e 3.10.3 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

3.15 Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da [Lei nº 14.133/2021](#).

3.16 A vedação de que trata o item **Erro! Fonte de referência não encontrada.**, estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

4. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

4.1 Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

4.2 Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

4.3 No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

4.3.1 está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

4.3.2 não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do [Inciso XXXIII, art. 7º, da Constituição Federal](#);

4.3.3 não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos [incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal](#);

4.3.4 cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

4.4 O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

4.5 O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006](#), estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus [arts. 42 a 49](#), observado o disposto nos [§§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021](#).

4.6 A falsidade da declaração de que trata os itens 4.33 ou 4.55 sujeitará o licitante às sanções previstas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), e neste Edital.

4.7 Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

4.8 Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

4.9 Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

4.10 Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

4.11 O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

4.12 Os documentos exigidos para habilitação, exigido somente do vencedor, serão enviados por meio do sistema da SH3, em formato digital, no prazo de **duas horas**, prorrogável por igual período, contado da solicitação da pregoeira.

4.13. Documentos de Habilitação: Os licitantes deverão anexar no sistema do pregão eletrônico no tempo hábil, **COMO CONDIÇÃO PARA SUA HABILITAÇÃO:**

4.13.1. PROVA DE CAPACIDADE JURÍDICA, por intermédio dos seguintes documentos:

4.13.1.2 - Comprovante de registro comercial e cédula de identidade do proprietário, no caso de empresa individual;

4.13.1.3 - Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedade comercial e, em caso de sociedade por ações, acompanhado dos documentos de eleição de seus administradores;

4.13.1.4 - Inscrição do ato constitutivo na entidade competente, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova da diretoria em exercício;

4.13.1.5 - **Deverá ser anexada documento de identidade ou documento legal equivalente do sócio ou dirigente da Empresa licitante;**

4.13.1.6 - Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no país, e, ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir;

4.13.1.7 – Certidão simplificada expedida pela Junta Comercial do Estado Sede da licitante, devendo ser datada dos últimos 180 (cento e oitenta) dias até a data de abertura do Pregão, demonstrando o enquadramento de microempresa/empresa de pequeno porte de acordo com o artigo 8º da Instrução Normativa Nº.103 de 30/04/2007 do Departamento Nacional de Registro do Comércio – DNRC;

4.13.2 - PROVA DE REGULARIDADE FISCAL, PREVIDENCIÁRIA E TRABALHISTA, por intermédio dos seguintes documentos:

4.13.2.1 - Comprovante de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ);

4.13.2.2 - Comprovante de regularidade para com a **Fazenda Federal**, abrangendo as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' e 'd' do parágrafo único do Art. 11 da Lei 8.212 de 24 de julho de 1991;

4.13.2.3 - Comprovante de regularidade para com a **Fazenda Estadual**;

4.13.2.4 - Comprovante de regularidade para com a **Fazenda Municipal**, se for estabelecida fora do Município, observando ao disposto na Lei Federal 13.726 de 8 de outubro de 2018;

4.13.2.5 - Documento comprobatório de regularidade relativo ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (CRF), expedido pela Caixa Econômica Federal;

4.13.2.6 - Documento comprobatório de Regularidade relativo a Débitos Trabalhistas – (CNDT), expedido pelo Tribunal Superior do Trabalho;

4.13.3 - QUALIFICAÇÃO ECONÔMICA-FINANCEIRA, por intermédio do seguinte documento:

4.13.3.1 - Certidão Negativa de Falência ou Concordata expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, em situação de validade.

4.13.4 - OUTROS DOCUMENTOS

4.13.4.1 – deverá apresentar ainda a DECLARAÇÃO UNIFICADA, conforme o modelo constante no anexo IV.

4.13.5 - Caso admitida a participação de cooperativas, será exigida a seguinte documentação complementar:

a) A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição e a comprovação de que estão domiciliados na localidade da sede da cooperativa, respeitado o disposto nos art. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei n. 5.764, de 1971;

b) A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;

c) A comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários à prestação do serviço;

d) O registro previsto na Lei n. 5.764, de 1971, art. 107;

e) A comprovação de integração das respectivas quotas-partes por parte dos cooperados que executarão o contrato; e os seguintes documentos para a comprovação da regularidade jurídica da cooperativa: a) ata de fundação; b) estatuto social com a ata da assembleia que o aprovou; c) regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia; d) editais de convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias;

f) três registros de presença dos cooperados que executarão o contrato em assembleias gerais ou nas reuniões seccionais; e f) ata da sessão que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da licitação;

g) A última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o art. 112 da Lei n. 5.764, de 1971, ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador.

4.13.6 Todos os documentos deverão ser anexados em formato PDF, no sistema da SH3

5 DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

5.1 O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

5.1.1 Valor unitário e total do item (conferir se o valor está digitado corretamente);

5.1.2 Marca;

5.1.3 Quantidade estimada (conforme Termo de Referência)

5.1.4 Descrição do objeto (item), contendo as informações conforme à especificação do Termo de Referência

5.1.5 As informações constantes do preenchimento eletrônico da proposta não poderão identificar o licitante, sob pena de desclassificação, pois o licitante somente poderá ser conhecido após o encerramento dos lances.

5.1.6 O licitante não poderá oferecer proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto para contratação.

5.2 Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

5.3 Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

5.4 Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

5.5 Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

5.6 Na presente licitação, a Microempresa e a Empresa de Pequeno Porte e Microempreendedor Individual poderão se beneficiar do regime de tributação pelo Simples Nacional.

5.7 A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

5.7.1 O prazo de validade da proposta não será inferior a **60 (sessenta)** dias, a contar da data de sua apresentação.

5.7.1.1 A proposta que não constar a validade será considerada automaticamente válida por **60 (sessenta)** dias.

5.7.2 Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;

5.7.3 Caso o critério de julgamento seja o de maior desconto, o preço já decorrente da aplicação do desconto ofertado deverá respeitar os preços máximos previstos no item 5.7.2.

5.8 O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do [art. 71, inciso IX, da Constituição](#); ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

6. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

6.1 A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico da SH3, na data, horário e local/link indicados neste Edital.

6.2 A pregoeira verificará as propostas apresentadas, desclassificando desde logo aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste edital e contenham vícios insanáveis ou não apresentem as especificações exigidas no Termo de Referência.

6.3 Será desclassificada a proposta que identifique o licitante.

6.4 A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

6.5 A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

6.6 O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

6.7 Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, **até a abertura da sessão pública**.

6.8 O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre a Pregoeira e os licitantes.

6.9 Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

6.10 O lance deverá ser ofertado pelo **valor unitário do item**.

6.11 Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

6.12 O licitante somente poderá oferecer lance de **valor inferior** ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

6.13 O **intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances**, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta **deverá ser conforme indicado no Termo de Referência**.

6.14 O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexecúvel.

6.15 Será adotado o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

6.15.1 A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

6.15.2 A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

6.15.3 Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

6.15.4 Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), a pregoeira, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

6.15.5 Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

6.15.6 Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

6.15.7 No caso de licitação por Menor Preço, serão aceitos somente lances em moeda corrente nacional (R\$), com VALORES UNITÁRIOS E TOTAIS com no máximo 02 (duas) casas decimais, considerando as quantidades constantes no ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA. Caso seja encerrada a fase de lances e a licitante divergir com o exigido, a pregoeira, poderá convocar no CHAT MENSAGEM para atualização do referido lance, e/ou realizar a atualização dos valores arredondando-se PARA MENOS automaticamente caso a licitante permaneça inerte.

6.15.8 Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

6.15.9 Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

6.15.10 No caso de desconexão com a pregoeira, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

6.16 Quando a desconexão do sistema eletrônico para a pregoeira persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pela Pregoeira aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

6.17 Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

6.18 Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

6.18.1 Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no [art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021](#), nesta ordem:

6.18.1.1 disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

6.18.1.2 avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

6.18.1.3 desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

6.18.1.4 desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

6.18.2 Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

6.18.2.1 empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

6.18.2.2 empresas brasileiras;

6.18.2.3 empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

6.18.2.4 empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da [Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009](#).

6.19 Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, a pregoeira poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

6.19.1 A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

6.19.2 A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

6.19.3 O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

6.19.4 A pregoeira solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de **2 (duas) horas**, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

6.19.5 É facultado a pregoeira prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

6.20 Após a negociação do preço, a Pregoeira iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

7. DA FASE DE JULGAMENTO

7.1. Encerrada a etapa de negociação, a pregoeira verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no [art. 14 da Lei nº 14.133/2021](#), legislação correlata e no item 3.10 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

7.1.1 cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portalttransparencia.gov.br/sancoes/ceis>);

7.1.2 cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portalttransparencia.gov.br/sancoes/cnep>).

7.1.3 cadastro Nacional de condenações cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça (www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php);

7.1.4 lista de inidôneos e o Cadastro Integrado de Condenações por Ilícitos Administrativos – CADICON, mantidos pelo Tribunal de Contas da União – TCU;

7.1.5 lista de empresas impedidos ou suspensas de participar de licitações com a administração pública do Município de São Tiago.

7.1.6 Para a consulta de licitantes pessoas jurídicas poderá haver a substituição das consultas dos itens acima pela consulta consolidada de Pessoa Jurídica do TCU (<https://certidoesapf.apps.tcu.gov.br/>).

7.2 A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante, também, de seu sócio majoritário, por força do art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

7.3 Caso conste na Consulta de Situação do fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, a Pregoeira diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas. ([IN nº 3/2018, art. 29, caput](#))

7.3.1 A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros. ([IN nº 3/2018, art. 29, §1º](#)).

7.3.2 O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação. ([IN nº 3/2018, art. 29, §2º](#)).

7.3.3 Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

7.4 Caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.

7.5 Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPP/MEI, a pregoeira verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com este edital.

7.6 Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, a pregoeira examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no [artigo 29 a 35 da IN SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022](#).

7.7 Cabe a licitante vencedora arcar com todas as responsabilidades trabalhistas.

7.8 Será desclassificada a proposta vencedora que:

7.8.1 contiver vícios insanáveis;

7.8.2 não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;

7.8.3 apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

7.8.4 não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

7.8.5 apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

7.9 No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexecuibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

7.9.1 A inexecuibilidade, na hipótese de que trata o **caput**, só será considerada após diligência da pregoeira, que comprove:

7.9.1.1 que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

7.9.1.2 inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

7.10 Se houver indícios de inexecuibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO TIAGO

CNPJ: 17.749.904/0001-17

Praça Ministro Gabriel Passos, 681 | Centro | São Tiago | MG | CEP 36.350-000.

www.saotiago.mg.gov.br | prefeitura@saotiago.mg.gov.br

Fone Recepção: (32) 3376-2800



7.11 Poderá ser solicitado a apresentação de amostra, conforme disciplinado no Termo de Referência, sob pena de não aceitação da proposta;

7.11.1 Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.

7.12 Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

7.13 No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pela pregoeira, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada.

7.14 Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), a Pregoeira analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência.

7.15 Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas a sanar dúvidas referentes as propostas, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, 24h (vinte e quatro horas) de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata.

7.16 A Pregoeira poderá convocar o licitante para enviar documento digital complementar, por meio de funcionalidade disponível no sistema, no prazo a ser definido pela Pregoeira, sob pena de não aceitação de proposta.

7.17 É facultado a pregoeira prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solução fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

7.18 Dentre os documentos passíveis de solicitação pela pregoeira, destacam-se os que contenham as características do produto ofertado, tais como marca, fabricante ou procedência, além de outras informações pertinentes, a exemplo de laudos técnicos, catálogos, folhetos ou propostas, encaminhados por meio eletrônico, ou, se for o caso, por outro meio e prazo indicados pela pregoeira, sem prejuízo do seu ulterior envio pelo sistema eletrônico, sob pena de não aceitação da proposta.

7.19 Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

7.20 Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, a pregoeira examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

7.21 Havendo necessidade, a pregoeira suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a continuidade da mesma.

7.22 Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, a pregoeira verificará a habilitação do licitante, observado o disposto neste edital.

8 DA FASE DE HABILITAÇÃO

8.1 Os documentos listados neste Edital, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos [arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

8.2 Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

8.3 Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no [Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016](#), ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

8.4 Quando permitida a participação de consórcio de empresas, a habilitação técnica, quando exigida, será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, quando exigida, será observado o somatório dos valores de cada consorciado.

8.4.1 Se o consórcio não for formado integralmente por microempresas ou empresas de pequeno porte e o termo de referência exigir requisitos de habilitação econômico-financeira, haverá um acréscimo de 10% para o consórcio em relação ao valor exigido para os licitantes individuais.

8.5 Os documentos exigidos para fins de habilitação deverão ser apresentados (anexados) em original ou por cópia autenticada.

8.6 Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei ([art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021](#)).

8.7 Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

8.8 O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

8.8.1 Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir. ([IN nº 3/2018, art. 4º, §1º, e art. 6º, §4º](#)).

8.8.2 É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

8.9 A verificação pela pregoeira, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

8.10 Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

8.11 Se o licitante for matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

8.12 Serão aceitos registros de CNPJ de licitante matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

8.12.1 Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Edital somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

8.13 Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para ([Lei 14.133/21, art. 64](#), e [IN 73/2022, art. 39, §4º](#)):

8.13.1 complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

8.13.2 atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

8.14 Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

8.15 Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital.

8.16 Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

8.17 A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas, das empresas de pequeno porte e do Microempreendedor Individual somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação (art. 4º do Decreto nº 8.538/2015).

8.18 Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, será assegurado o prazo de 05 (cinco) dias úteis, prorrogável por igual período, a critério da administração, após declarado vencedor, para fins de contratação, em conformidade com a Lei Complementar 123/2006 e suas alterações, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

8.19 A não-regularização fiscal e trabalhista no prazo previsto no subitem anterior acarretará a inabilitação do licitante, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, sendo facultada a convocação dos licitantes remanescentes, na ordem de classificação. Se, na ordem de classificação, seguir-se outra Microempresa, Empresa de Pequeno Porte, Microempreendedor individual ou sociedade cooperativa com alguma restrição na documentação fiscal e trabalhista, será concedido o mesmo prazo para regularização.

8.20 Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, a pregoeira suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a continuidade da mesma.

8.21 Será inabilitado o licitante que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Edital.

8.22 Havendo inabilitação, haverá nova verificação pelo sistema, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.

8.23 Constatando o atendimento às exigências de habilitação fixadas no Edital, o licitante será declarado vencedor.

9 DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

9.1 Homologado o resultado da licitação, o licitante mais bem classificado terá o prazo de 3 (três) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar a Ata de Registro de Preços, cujo prazo de validade encontra-se nela fixado, sob pena de decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

9.2 O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, mediante solicitação do licitante mais bem classificado ou do fornecedor convocado, desde que:

(a) a solicitação seja devidamente justificada e apresentada dentro do prazo; e

(b) a justificativa apresentada seja aceita pela Administração.

9.3 A ata de registro de preços será assinada por meio de **assinatura digital** e disponibilizada no sistema de registro de preços.

9.4 Serão formalizadas tantas Atas de Registro de Preços quantas forem necessárias para o registro de todos os itens constantes no Termo de Referência, com a indicação do licitante vencedor, a descrição dos itens, as respectivas quantidades, preços registrados e demais condições.

9.5 O preço registrado, com a indicação dos fornecedores, será divulgado no PNCP e disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

9.6 A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

9.7 Na hipótese de o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidas, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

10 DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA

10.1 Após a homologação da licitação, será incluído na ata, na forma de anexo, o registro:

10.1.1 dos licitantes que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário, observada a classificação na licitação; e

10.1.2 dos licitantes que mantiverem sua proposta original.

10.2 Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou fornecedores registrados na ata.

10.2.1 A apresentação de novas propostas na forma deste item não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante mais bem classificado.

10.2.2 Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

10.3 A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

10.3.1 quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital; ou

10.3.2 quando houver o cancelamento do registro do fornecedor ou do registro de preços, nas hipóteses previstas nos art. 28 e art. 29 do Decreto Municipal nº 3.725/24.

10.4 Na hipótese de nenhum dos licitantes que aceitaram cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário concordar com a contratação nos termos em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado, a Administração, observados o valor estimado e a sua eventual atualização na forma prevista no edital, poderá:

10.4.1 convocar os licitantes que mantiveram sua proposta original para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

10.4.2 adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, observada a ordem de classificação, quando frustrada a negociação de melhor condição.

11 DOS RECURSOS

11.1 A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

11.2 O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

11.3 Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante, observará:

11.4 O prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação

11.4.1 a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

11.4.2 o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos.

11.5 Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

11.6 A falta de manifestação do licitante à intenção de recorrer, importará a decadência desse direito.

11.7 O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

11.8 Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

11.9 O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

11.10 As razões e as contrarrazões recursais deverão ser encaminhadas em campo próprio do sistema.

11.11 O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

11.12 O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

11.13 Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico (<https://saotiago.licitapp.com.br/>).

12 DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

12.1 O objeto da licitação será adjudicado ao licitante declarado vencedor, por ato da Pregoeira, caso não haja interposição de recurso, ou pela autoridade competente, após a regular decisão dos recursos apresentados.

12.2 Após a fase recursal, constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente homologará o procedimento licitatório.

13. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

13.1 Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

13.1.1 deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pela pregoeira durante o certame;

13.1.2 Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

13.1.2.1 não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

13.1.2.2 recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

13.1.2.3 pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou

13.1.2.4 deixar de apresentar amostra, quando solicitada;

13.1.2.5 apresentar proposta ou amostra, quando solicitada, em desacordo com as especificações do edital;

13.1.3 não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

13.1.3.1 recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

13.1.4 apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação

13.1.5 fraudar a licitação

13.1.6 comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

13.1.6.1 agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

13.1.6.2 induzir deliberadamente a erro no julgamento;

13.1.6.3 apresentar amostra, quando solicitada, falsificada ou deteriorada;

13.1.6.4 praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação

13.1.6.5 praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.

13.1.6.6 Com fulcro na [Lei nº 14.133, de 2021](#), a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

- 13.1.7** advertência;
- 13.1.7.1** multa;
- 13.1.7.2** impedimento de licitar e contratar e
- 13.1.7.3** declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.
- 13.1.7.4** Na aplicação das sanções serão considerados:
- 13.1.7.5** a natureza e a gravidade da infração cometida.
- 13.1.7.6** as peculiaridades do caso concreto
- 13.1.7.7** as circunstâncias agravantes ou atenuantes
- 13.1.7.8** os danos que dela provierem para a Administração Pública
- 13.1.7.9** a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
- 13.1.7.10** A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato lícitado, recolhida no prazo máximo de **7 (sete) dias** úteis, a contar da comunicação oficial.
- 13.1.7.11** Para as infrações previstas nos itens 13.1.1, 13.1.2 e 13.1.3, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato lícitado.
- 13.1.8** Para as infrações previstas nos itens 13.1.4, 13.1.5, 13.1.6, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato lícitado.
- 13.2** As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.
- 13.3** Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.
- 13.4** A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 13.1.1, 13.1.2 e 13.1.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.
- 13.5** Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 13.1.4, 13.1.5, 13.1.6, 13.1.6.4 e 13.1.6.5, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 13.1.1, 13.1.2 e 13.1.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021.
- 13.6** A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 13.1.3, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do art. 45, §4º da IN SEGES/ME n.º 73, de 2022.
- 13.7** A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.
- 13.8** Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

13.9 Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

13.10 O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

13.11 A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

14. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

14.1 Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até **3 (três)** dias úteis antes da data da abertura do certame.

14.2 A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até **3 (três)** dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

14.3 A impugnação e o pedido de esclarecimento deverão ser realizados por forma eletrônica, através do sistema do pregão eletrônico, no site <https://saotiago.licitapp.com.br>.

14.4 A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgada no site oficial do Município, no mesmo local que foi publicado o Edital na íntegra, no prazo de até **3 (três)** dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

14.5 Caberá a pregoeira, auxiliada pelos responsáveis pela elaboração deste Edital, Termo de Referência e Estudo Técnico Preliminar, decidir sobre a impugnação e esclarecimentos.

14.6 As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

14.6.1 A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pela pregoeira, nos autos do processo de licitação.

14.7 Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

15 DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

15.1 Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

15.2 Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pela Pregoeira.

15.3 Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

15.4 A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

15.5 As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

15.6 Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

15.7 Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

15.8 O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO TIAGO

CNPJ: 17.749.904/0001-17

Praça Ministro Gabriel Passos, 681 | Centro | São Tiago | MG | CEP 36.350-000.

www.saotiago.mg.gov.br | prefeitura@saotiago.mg.gov.br

Fone Recepção: (32) 3376-2800



15.9 Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

15.10 O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico <https://saotiago.licitapp.com.br/> e <https://www.saotiago.mg.gov.br/> e também poderá ser lido e/ou obtidos no endereço: Prédio da Prefeitura Municipal – Praça Ministro Gabriel Passos, 681, Centro em São Tiago/MG, CEP: 36.350-000, até 5 (cinco) dias anteriores à data de abertura da licitação. Demais informações poderão ser obtidas pelo telefone (32) 3376-2800 ou através do e-mail: licitacaosaotiago@yahoo.com.br.

15.11 Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

ANEXO I - Termo de Referência

Apêndice do Anexo I – Estudo Técnico Preliminar

ANEXO II – Modelo de Proposta de Preços

ANEXO III - Minuta de Ata de Registro de Preços

ANEXO IV – Minuta da Declaração Unificada

São Tiago - MG, 18 de março de 2024.

ALEXANDRE NONATO ALMEIDA VIVAS

Prefeito Municipal

MARCOS VINICIUS SOUSA LARA

Secretário Municipal de Administração

BRUNO HENRIQUE DOS SANTOS

Secretário Municipal de Educação

OSMAR ROMEU DE SOUSA

Secretário Municipal de Obras e Urbanismo

MARIA CRISTINA LOURENÇO

Secretária Municipal de Saúde

TERMO DE REFERÊNCIA – ANEXO I

TR: 01/2024 - Secretaria Municipal de Administração

ALTA PRIORIDADE

AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE EPI'S, EPC E CORRELATOS

1- CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

Aquisição de Material de EPI's, EPC e Correlatos, para atender as Secretarias Municipais desta Prefeitura nos termos das tabelas abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento:

AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE EPI'S, EPC E CORRELATOS

ITEM	ESPECIFICIDADE DO PRODUTO	CATMAT	UNIDADE DE MEDIDA	QUANT. POR SECRETARIA	QUANT. TOTAL	MÉDIA/MEDIANA NO PAINEL PREÇOS	VALOR TOTAL E TETO (PREVISÃO)	VR. MÍNIMO DE LANCES NO SISTEMA (Art. 14, o Art. 30 e o Art. 31 do Dec. 10.024/19).
1	AVENTAL EM PVC Material: pvc - cloreto de polivinila Modelo: unissex Tipo: proteção Cor: branca Características adicionais: dupla face/com tira de ajuste no pescoço e cintura Aplicação: uso em aplicação de inseticida e produtos químicos em geral Tamanho: único	603637	Ud.	S. 20 UTC 240	260	R\$ 82,66	R\$21.491,60	R\$0,20
2	Bolsa de lona para acs e ace Material: lona 100% algodão Tipo: alça dupla Cor: azul, bege, cinza ou preto Comprimento: 40 cm Largura (aprox): 15 cm Altura: 35 cm Características adicionais: com divisória interna, mínimo 3 compartimentos	467653	Ud.	S. 130	130	R\$ 41,71	R\$5.422,30	R\$0,10
3	BONÉ ÁRABE Material corpo: brim Material aba: polietileno Material regulador abertura: velcro Modelo: touca árabe Cor: caqui Características adicionais: modelo com proteção para pescoço e ombro Tamanho: m	415527	Ud.	OB. 80 S. 80 UTC. 50	210	R\$ 21,60	R\$4.536,00	R\$0,10

4	BOTA GALOCHA SEM FORRO Material: borracha Tipo cano: médio Tamanho: médio Cor: preta Características adicionais: antiderrapante Tamanho: sob medida	222691	Par	OB. 160 S. 20 UTC 50 ED. 10	240	R\$ 45,36	R\$10.886,40	R\$0,10
5	BOTINA SEGURANÇA Material: microfibra Material sola: poliuretano (pu) bi-densidade Características adicionais: fechamento em velcro, biqueira de composite Tamanho: sob medida Cor: preta	480011	Par	OB. 200 UTC. 80 ED. 20	300	R\$103,54	R\$31.062,00	R\$1,00
6	BOTINA SEGURANÇA EM COURO Material: couro Material sola: borracha Modelo: com elástico nas laterais Características adicionais: biqueira em polipropileno Cor: preta Tamanho: sob medida	468656	Par	OB. 200 S. 120 UTC 80 ED. 20	420	R\$ 60,76	R\$25.519,20	R\$0,20
7	SAPATO FEMININO Material: couro hidrofugado Tipo: segurança Material sola: poliuretano injetado antiderrapante Tamanho: sob medida Cor: branca Características adicionais: sem cadarço, cano baixo e sem biqueira	378753	Par	S. 80	80	R\$ 84,63	R\$6.770,40	R\$0,20
8	SAPATO BORRACHA BRANCO Material: copolímero de borracha Tipo: anatômico/fechado Características adicionais: autoclavável, antiderrapante, devidamente aprovado nos testes de eficácia e atividade antimicrobiana em conformidade com a norma "JIS Z 2801" Tamanho: sob medida	280457	Par	ADM 06 ED. 40	46	R\$ 64,82	R\$2.981,72	R\$0,20
9	CAIXA TRANSPORTE ANIMAL Material: polipropileno Dimensões: 102 x 72 x 76 cm Características adicionais: grade e janelas laterais em metal Aplicação: cão e animais similares Tipo: desmontável	427882	Ud.	S. 05	05	R\$ 1.138,76	R\$5.693,80	R\$10,00

10	CALÇA PROTEÇÃO INDIVIDUAL Material: 100 % poliéster, forro em gersey Tipo uso: operador de motosserra Tamanho: m Características adicionais: anti-corte, costura c/ linha 140, cavalo reforçado	349482	Ud.	OB. 01	01	R\$214,62	R\$214,62	R\$1,00
11	CAPA CHUVA TIPO PONCHO Material: nylon emborrachado Transmitância: opaca Cor: preto, gelo e cinza Características adicionais: padrão camuflado urbano, com capuz tipo poncho padrão: EB – exército brasileiro Tamanho referência: SOB MEDIDA	290377	Ud.	OB.160 UTC 50	210	R\$134,23	R\$28.188,30	R\$1,00
12	CAPA CHUVA SIMPLES TRANSPARENTE Material: Poliéster e PVC Transmitância: transparente Cor: incolor Características adicionais: capuz, botões plástico pressão, com solda eletrônica Tamanho referência: P ao XGG Não é produto descartável de uso único	399326	Ud.	OB. 100 S. 200	300	R\$ 19,68	R\$5.904,00	R\$0,05
13	CAPACETE DE SEGURANÇA Confeccionado em polietileno de alta densidade Tipo: aba frontal com copa com nervura, Cor: amarelo ou branco, Características adicionais: tipo II, CL.B, LOG, ABNT 1132, com acessórios	321751	Ud.	S. 03	03	R\$ 14,10	R\$42,30	R\$0,05
14	CINTA ERGONÔMICA Tipo: cinta ergonômica lombar abdominal Material: 70% algodão, 08% poliamida, 10% poliéster, 02% po- Aplicação: proteção individual Características adicionais: tamanhos variados conforme modelo do órgão	481609	Ud.	OB. 80 S. 05 UTC 25	110	R\$ 56,71	R\$6.238,10	R\$0,20
15	COADOR TIPO PENEIRA 17 CM Material total: Aço Inoxidável Características Adicionais: com cabo	393526	Ud.	S. 20	20	R\$ 21,09	R\$421,80	R\$0,10

	Diâmetro: 17 CM							
16	COLETE IDENTIFICAÇÃO Órgão da Administração Municipal Material: tecido Tipo tecido: brim 100% algodão Quantidade bolsos: 2 bolsos inferiores e 2 bolsos superiores Características adicionais: conforme modelo do órgão Logomarcas e identificação fiscalização ou nome do órgão, nas costas Tamanho: sob medida PP ao XGG	476897	Ud.	S. 120	120	R\$ 77,60	R\$9.312,00	R\$0,20
17	COLETE SEGURANÇA Material: pvc - cloreto de polivinila Tratamento superficial: poliéster e pvc - cloreto de polivinila refletivo Modelo: blusão com tela em pvc para respiro Cor: laranja/verde com refletivo prata	220531	Ud.	S. 02 UTC 60	62	R\$ 32,27	R\$2.000,74	R\$0,10
18	CONE SINALIZAÇÃO Material: PVC Flexível Altura: Mínimo 72 CM Cor: Laranja fluorescente Peso: Mínimo 3 KG Características adicionais: Base quadrada, c/2 colares refletivos auto-adesivo	320215	Ud.	OB. 80 S. 10	90	R\$ 91,24	R\$8.211,60	R\$0,20
19	CORDA POLIAMIDA Material: 100% Poliamida Tipo: Dinâmica Diâmetro: 10 MM Ponto Ruptura: 9,4 KN Cor: a escolher Aplicação: escalada Características adicionais: Marcação a preto que indica o meio da corda	611395	Mts	OB. 100 S. 500	600	R\$ 4,41	R\$2.646,00	R\$0,01
20	CAMBÃO Equipamento / Acessório Animal/ Tipo: Cambão Para Contenção Material: alumínio Características adicionais: empunhadura de borracha, cabo de aço interno	450674	Ud.	S. 04	04	R\$337,38	R\$1.349,52	R\$1,00
21	BASTÃO PARA CONTENÇÃO ANIMAL Equipamento / Acessório Animal/ Tipo: Contenção/ Proteção/	450674	Ud.	S. 04	04	R\$337,38	R\$1.349,52	R\$1,00

	imobilização do animal Material: Alumínio Características Adicionais: Empunhadura de borracha, cabo de aço interno							
22	FILTRO PARA MÁSCARAS Respiradores Faciais para Gases com 1 ou 2 Filtros Tipo: químico, classe 1 Modelo: carvão ativado Compatibilidade: compatível com aspirador de vapores orgânicos	461701	Ud.	S. 30	30	R\$ 95,75	R\$2.872,50	R\$0,20
23	FITA SINALIZAÇÃO Material: Plástico Comprimento: 200 M Largura: 7 CM Cor: preta e amarela Aplicação: demarcação e isolamento	237501	Rolo (c/ 200 m)	OB. 50	50	R\$ 10,66	R\$533,00	R\$0,05
24	FOCINHEIRA GRANDE EM COURO Material: Couro Tamanho: Grande Aplicação: Caninos	222437	Ud.	S. 10	10	R\$167,51	R\$1.675,10	R\$1,00
25	FOCINHEIRAS EM PVC Material: PVC - Cloreto De Polivinila Tamanho: 2, 4, 6, 8 e 10 Aplicação: caninos Características adicionais: com velcro ajustável e borracha de proteção Tamanho a escolher	355920	Ud.	S. 50	50	R\$ 24,01	R\$1.200,50	R\$0,10
26	JAQUETA E CALÇA CONTRA CHUVA Material: tecido 100% nylon- ripstop Componentes: jaqueta e calça Tipo uso: motociclista, proteção contra chuva Cor: preta Tamanho: sob medida Características adicionais: ajuste na cintura por elástico e cordão de nylon Tipo manga: longa com elástico nos punhos Quantidade botões: 4 un Gramatura: 98 g/m2	460643	Ud.	OB. 150	150	R\$ 74,34	R\$11.151,00	R\$0,20
27	LANTERNA ELÉTRICA 100 LÚMENS Material: Emborrachado Tipo: Portátil, recarregável Características adicionais: a prova d'água Luminosidade: 100 lúmens (mínimo)	607428	Ud.	S.20	20	R\$145,10	R\$2.902,00	R\$1,00

	Tipo Lâmpada: Led Cob Tipo Bateria: recarregável via USB Acessórios: carregador bivolt, Cabo USB							
28	LUVA PARA LIMPEZA Material: nitrílica Aplicação: limpeza Tipo punho: longo Tamanho: sob medida Cor: azul Acabamento palma: liso Esterilidade: não esterilizada Características adicionais: sem forro	208449	Cx. (c/ 100 Ud.)	ADM. 02 OB. 01 S. 03 UTC 02 ED. 05	13	R\$ 18,85	R\$245,05	R\$0,05
29	LUVA LONGA DE PVC Material: poliamida com poliuretano Aplicação: Superfície palmar antiderrapante, para utilização em atividades que demandam excelente sensibilidade tátil e aderência no manuseio. Características Adicionais: Tamanhos PP ao XGG a escolher	355915	Par	OB. 100 S. 100 UTC 100	300	R\$ 15,97	R\$4.791,00	R\$0,05
30	LUVA DE RASPA DE COURO Material: Raspa De Couro Tamanho: Variado Aplicação: Soldador Características Adicionais: Costurado Com Fio Kevlar, Forrada Até O Punho	613245	Par	OB. 100 S. 20	120	R\$ 17,00	R\$2.040,00	R\$0,05
31	LUVA PARA PROCEDIMENTO NÃO CIRÚRGICO Material: vinil Tamanho: sob medida Características adicionais: sem pó, descartável Esterilidade: não estéril Apresentação: atóxica Tipo: ambidestra Modelo: formato anatômico Finalidade: resistente à tração	437575	Cx. (c/ 100 Ud.)	ED. 100	100	R\$ 37,30	R\$3.730,00	R\$0,10
32	LUVA PROTEÇÃO DE AÇO Material malha de aço inoxidável, tamanho a escolher: PP ao XGG Cano: curto Características adicionais fita Para ajuste nos punhos, resistente a cortes	355692	Par	S. 20	20	R\$212,42	R\$4.248,40	R\$1,00
33	LUVA SEGURANÇA NITRÍLICO Material: Nitrílico Aplicação: Produtos Químicos Características Adicionais: Flocada Internamente Com	458757	Par	OB. 1000 S. 100 UTC 1200	2300	R\$ 10,65	R\$24.495,00	R\$0,05

	Algodão Modelo: Ambidestra Cor: Preta ou Cinza Tipo: Descartável							
34	LUVA TRICOTADA Material: Tricotada 4 Fios Algodão Tamanho: Único Aplicação: Proteção Individual Características Adicionais: 100% Algodão/Sem Costura Cor: Natural	357957	Par	S. 30	30	R\$ 12,44	R\$373,20	R\$0,05
35	MARTELO TIPO PICARETA Material: Aço Material Cabo: Aço Tubular Tipo: Picareta para ACE Tamanho: 300 MM (30 cm)	395918	Ud.	S. 20	20	R\$ 67,45	R\$1.349,00	R\$0,20
36	MÁSCARA CONTRA GASES 2 FILTROS Tipo de Proteção facial total: Agentes químicos e biológicos Material: borracha natural e derivados de petróleo Filtro: removível / substituível, Aplicação: facial com visor, cor Preta, tamanho único Características adicionais: com 02 filtros frontais	231100	Ud.	S. 30	30	R\$192,37	R\$5.771,10	R\$1,00
37	MÁSCARA DESCARTÁVEL USO GERAL Material: TNT (Tecido Não Tecido) Tipo Fixação: contorno total, com elástico Características adicionais: proteção de barba e bigode Tamanho: único	483888	Cx. (c/50 Ud.)	UTC 20 ED. 40	60	R\$ 8,09	R\$485,40	R\$0,05
38	MASCARA PFF2 Máscara proteção resp. C/ anvisa Modelo: respirador dobrável, tipo bico de pato Material: camadas fibras sintéticas Filtro: eficiência filtração mín. 94% s Classe: pff2, n95 ou equivalente Adicional: carvão ativado Componente: clipe nasal Tipo fixação: tiras vedação anatômica Adicional 2: C/ Válvula Cor: C/ Cor Tamanho: Adulto Esterilidade: Descartável	485533	Ud.	UTC 3000	3000	R\$ 1,14	R\$3.420,00	R\$0,01

39	MÁSCARA SOLDADOR Tipo: Fotossensível Tempo Escurecimento: Menor Que 1/25000 Seg. Tempo Clareamento: 0,25/Seg. Área De Visão: 95,50 X 28,55 MM Alimentação: Bateria, Aaa Temperatura Operação: -5 + 55 °C Características Adicionais: detector de circuito autosenso	269175	Ud.	OB. 02	02	R\$137,48	R\$274,96	R\$1,00
40	ÓCULOS PROTEÇÃO TRANSPARENTE Material armação: policarbonato Tipo proteção: lateral/frontal Tipo lente: anti-risco Cor lente: incolor Aplicação: proteção dos olhos, contra poeira e resíduos do ar Características adicionais: uva/uvb/ajuste comprimento hastes Material lente: 100% policarbonato Cor armação: preta	335474	Ud.	OB. 30 S. 100 UTC 50	180	R\$ 5,33	R\$959,40	R\$0,05
41	ÓCULOS PROTEÇÃO FUMÊ Material Armação: Policarbonato Tipo Proteção: Lateral Cor Lente: Fumê Aplicação: Proteção Geral Características Adicionais: Resistente A Impactos	382512	Ud.	OB. 30	30	R\$8,73	R\$261,90	R\$0,05
42	PIPETADOR (PIPETÃO) Material: PVC e Borracha Tipo: Manual Capacidade: Até 100 mL Ajuste: Tipo Pera Características adicionais: ponta e corpo em PVC, pera em borracha aplicação manual pelo Agente de Endemias (recolhimento de larvas)	430867	Ud.	S. 20	20	R\$ 20,16	R\$ 403,20	R\$0,10
43	PROTETOR AURICULAR TIPO CONCHA Tipo Concha: Dupla Material: Plástico Rígido Material Haste: Aço Inoxidável Material Almofada: Espuma Tamanho: Único Características Adicionais: Formato Oval, Regulável,	384283	Ud.	ADM 10 S. 20 UTC 25	55	R\$45,39	R\$2.496,45	R\$0,10

	Nível Ruídos 31db Material Interno: Espuma Espessura: 10 MM							
44	PROTETOR AURICULAR TIPO PLUG Tipo: Plugue Material: Elastômero Sintético Tamanho: Único Características Adicionais: Cordão PVC/Acompanha Caixa Plástica Para Proteção, produto reutilizável/lavável	291704	Par	ADM 20 S. 100	120	R\$ 1,43	R\$ 171,60	R\$0,01
45	PROTETOR SOLAR COMPLETO Tipo Proteção: UVA/UVB Fator Proteção: Fator 60 Forma Farmacêutica: loção Adicional: Com cor, branco, fragância característica Características adicionais: frasco 120 mL	603077	Fr. (c/ 120 ml)	OB. 300 S. 400 UTC 100	800	R\$ 15,90	R\$12.720,00	R\$0,05
46	REDE CAPTURA ANIMAL Material: Seda e Nylon Tipo: Neblina Comprimento: 7 Metros Aplicação: Morcegos hematófago e pássaros Largura: 3 Metros Tamanho Malha: 20 mm Cor: Preta Quantidade Prateleiras: 4 unidades	310467	Ud.	S. 04	04	R\$287,95	R\$1.151,80	R\$1,00
47	REDE PUÇÁ (PASSAGUÁ) Material Tela: nylon Material Cabo: Madeira Material Arco: Metal Diâmetro Arco: 60 CM Comprimento Cabo: 2 Metros Aplicação: captura de larvas, pós larvas e alevinos Tipo Malha: 8 Mm	481712	Ud.	S. 04	04	R\$ 44,96	R\$179,84	R\$0,10
48	REPELENTE SPRAY ICARIDINA Princípio Ativo: À base de icaridina Concentração: Até 25% Característica adicional: Isento de Óleo Forma Farmacêutica: Loção Frasco 200 ml	453057	Fr. (c/ 200 ml)	S. 300	300	R\$ 17,28	R\$5.184,00	R\$0,05
49	VESTUÁRIO PROTEÇÃO MACACÃO Tipo: macacão selado Material: 100% polietileno A escolher: pp ao xgx Componentes: macacão com capuz e fechamento com zíper Tipo uso: proteção contra aerossóis, risco biológico	486357	Ud.	S. 400	400	R\$ 25,40	R\$10.160,00	R\$0,10



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO TIAGO

CNPJ: 17.749.904/0001-17

Praça Ministro Gabriel Passos, 681 | Centro | São Tiago | MG | CEP 36.350-000.

www.saotiago.mg.gov.br | prefeitura@saotiago.mg.gov.br

Fone Recepção: (32) 3376-2800



Características adicionais: elástico no punho e tornozelo, pala de proteção Cor: branca							
Valor estimado do Processo: R\$ 285.487,32 (duzentos e oitenta e cinco mil, quatrocentos e oitenta e sete reais e trinta e dois centavos)							

PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA TOTAL CONFORME PAINEL DE PREÇOS MINISTÉRIO DA G.I.S.P.:	R\$ 285.487,32
---	----------------

***Disponível em Painel de Compras Públicas, Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos.**

Acesso a partir de 11/01/2024 em <https://paineldepregos.planejamento.gov.br> análise de preços por materiais em:

<https://paineldepregos.planejamento.gov.br/analise-materiais> por categoria de materiais (CATMAT).

Média/mediana de preços nacional.

- Os produtos desta contratação são caracterizados como comuns, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.
- O prazo de vigência da contratação é de **01 (um) ano contados a partir da assinatura do contrato**, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021. Prorrogável por mais 01 (um) ano, se conveniente à Administração Pública.
- O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.
- Este TR é acompanhado de média ponderada de preços retirada no Painel de Preços do Portal de Compras do Ministério da Economia (disponível em: <https://www.gov.br/compras/pt-br/agente-publico>), conforme **ANEXO 1**.

2- FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

- A fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em Tópico específico dos **Estudos Técnicos Preliminares nº 001/2024**, apêndice deste Termo de Referência.
- O objeto da contratação está previsto no **Plano de Contratações Anual - PCA 2024 para o ano**.
- Em virtude do concurso público realizado em dezembro de 2023, torna-se necessário um aumento significativo, no quantitativo dos itens, interferindo no valor do Plano de Contratações Anual - PCA 2024.

3- DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DOS PRODUTOS

- A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos **Estudos Técnicos Preliminares**, apêndice deste Termo de Referência.

4- REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

SUSTENTABILIDADE:

- A contratada deverá atender as disposições constantes deste **Termo de Referência nº 001/2024 - Secretaria Municipal de Administração (TR)** e atender as demais disposições constantes nos normativos: Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 01, de 19 de janeiro de 2010, artigo 5º e na Resolução CSJT nº 310, de 24 de setembro de 2021, que aprovou o Guia de Contratações Sustentáveis para inclusão de critérios de

sustentabilidade nas contratações de bens e serviços no âmbito da Justiça do Trabalho de primeiro e segundo graus.

INDICAÇÃO DE MARCAS/MODELOS:

- Não há indicação de marcas e modelos específicos neste processo de compra.

- Os equipamentos e materiais fornecidos, no que couber, deverão conter o CA (Certificado de Aprovação), que é um documento emitido pelo Ministério do Trabalho e Emprego, que identifica Equipamentos de Proteção Individual (EPIs) que estejam em conformidade com as exigências da NR 6 – Equipamento de Proteção Individual.

-DA EXIGÊNCIA DE AMOSTRA:

- Havendo o aceite da proposta quanto ao valor, poderão ser solicitadas amostra de todos os produtos, **para avaliação técnica deste setor**; antes da assinatura final deste contrato.

- As amostras deverão ser enviadas ou entregues no endereço: Praça Ministro Gabriel Passos, nº 681, Centro, São Tiago/MG, Cep: 36.350-000, Setor de Almoxarifado, no prazo limite de 05 (cinco) dias úteis após o pregão, sendo que a(s) empresa(s) vencedora do(s) item(ns), assume(m) total responsabilidade pelo envio e por eventual atraso na entrega.

- É facultada a prorrogação do prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada por meio oficial de comunicação (e-mail) pelo interessado, antes do findo prazo.

- No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas, a proposta será recusada.

- Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), será analisada a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes neste Termo de Referência.

- Após a divulgação do resultado final do certame, as amostras entregues deverão ser recolhidas pelos fornecedores no prazo de 05 (cinco) dias úteis, após o qual poderão ser descartadas pela Administração, sem direito a ressarcimento.

SUBCONTRATAÇÃO

-Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

GARANTIA DA CONTRATAÇÃO:

-Não haverá exigência da garantia da contratação dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, pelas razões constantes do Estudo Técnico Preliminar.

5- EXECUÇÃO DO OBJETO

CONDIÇÕES DE ENTREGA:

- O prazo de entrega dos itens é de **10 (dez) dias úteis**, contados a partir do envio da requisição (cópia) e/ou empenho (cópia) em remessa única eletrônica. Basta protocolo automático do sistema de e-mail institucional para validar o pedido e iniciar a contagem do prazo.

- O Setor de Compras da Prefeitura Municipal de São Tiago é obrigado, ao final do encaminhamento do pedido eletrônico (requisição e/ou empenho) à empresa vencedora do item - confirmar por telefone ou celular, *WhatsApp*, com a contratada e seu representante através destes canais, a confirmação do

recebimento do pedido, tomando nota do dia, hora e a pessoa responsável que confirmou o recebimento da ordem de compra eletrônica, ou guarda digital da informação.

- A empresa deverá disponibilizar, além do e-mail institucional, meio eletrônico de troca de mensagens (*WhatsApp*).

- Caso não seja possível a entrega da mercadoria na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 5 (cinco) dias de antecedência ao fim do prazo para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior ou falta justificada do item no mercado (deverá proceder de documento comprovador, emitido pelo fabricante).

- Os produtos relacionados neste TR deverão ser entregues nos seguintes endereços de acordo com a Ordem de Compra, horário de entregas:

- 07h às 11h, 13h às 16h: Secretaria Municipal de Administração, Secretaria de Obras e Urbanismo, Secretaria de Agropecuária, Comercio, Industria e Meio Ambiente e Secretaria Municipal de Saúde;
- 08h às 11h, 13h às 17h: Secretaria Municipal de Educação, (exceto sábados e domingos, e feriados municipal, estadual ou federal);
- **Secretaria Municipal de Administração, Secretaria de Obras e Urbanismo e Secretaria de Agropecuária, Comercio, Industria e Meio Ambiente:**

Praça Ministro Gabriel Passos, nº 681, Bairro Centro, CEP. 36.350-000.

Salvo motivo de força maior justificado ao município, por e-mail, prévio no endereço eletrônico: compras@saotiago.mg.gov.br ou almoxarifado@saotiago.mg.gov.br ou pelo telefone: **(32) 3376-2800**: falar com Francisléa, setor de Compras ou Renata, setor de Almoxarifado, ou **em outros setores desta Administração.**

- **Secretaria Municipal de Saúde:**

Praça Ministro Gabriel Passos, nº 114, Bairro: Centro, CEP. 36.350-000.

Salvo motivo de força maior justificado ao município, por e-mail, prévio no endereço eletrônico: epidemiologia@saotiago.mg.gov.br ou pelo telefone: (32) 3376-2810 ramal 3: falar com Dionata, setor de Epidemiologia, ou em outros setores desta administração.

- **Secretaria Municipal de Educação:**

Avenida dos Expedicionários, nº 755, Bairro: Cruzeiro, CEP. 36.350-000.

Salvo motivo de força maior justificado ao município, por e-mail, prévio no endereço eletrônico: educacao@saotiago.mg.gov.br ou almoxarifado@saotiago.mg.gov.br ou pelo telefone: (32) 3376-2804: falar com Luciene, setor de Almoxarifado, ou em outros setores desta Administração.

- Produtos entregues avariados ou danificados serão devolvidos após conferência, com custos por conta da contratada.

6- GARANTIA, MANUTENÇÃO E ASSISTÊNCIA TÉCNICA

- O prazo de garantia é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

- Produtos recebidos com conferência por volume, após este, verificada avarias nos produtos (seja lacres violados, produtos mofados, molhados, quebrados, avariados em outra forma não relatados neste documento), a empresa deverá proceder com a troca/substituição dos produtos em até 5 (cinco) dias após o recebimento da notificação.

- A nota fiscal será bloqueada para pagamento até a solução do problema;

- Decorrido o prazo para substituições dos produtos avariados sem o atendimento da solicitação do Contratante ou a apresentação de justificativas pelo Contratado, será notificado o setor jurídico da Prefeitura, para as medidas de praxe.

- O custo referente ao transporte dos produtos avariados será de responsabilidade do Contratado.

5 7- MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

- O contrato/Ata de Registro de Preços deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

- **As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por meio web, preferencialmente por e-mail Institucional (correio eletrônico: almoxarifado@saotiago.mg.gov.br, epidemiologia@saotiago.mg.gov.br, educacao@saotiago.mg.gov.br) sempre que o ato exigir tal formalidade à priori, admitindo-se por consequência o uso de mensagem eletrônica via WhatsApp.**

- A execução do contrato/Ata de Registro de Preços deverá ser acompanhada e fiscalizada pelos fiscais: **Maria Luciene Campos** - Secretaria Municipal de Educação; **Pablo Jackson da Mata Ribeiro** - Secretaria Municipal de Saúde; **Renata de Almeida Pereira** - Secretaria Municipal de Administração, Obras Urbanismo, Agropecuária, Comércio, Indústria e Meio Ambiente.

- O fiscal técnico acompanhará a execução do contrato/Ata de Registro de Preços, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no mesmo, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VI);

- O fiscal técnico anotar no histórico de gerenciamento do contrato/Ata de Registro de Preços todas as ocorrências negativas relacionadas à execução do mesmo, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º, e Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, II);

- Identificada qualquer irregularidade, o fiscal do contrato/Ata de Registro de Preços emitirá notificações por meio eletrônico, à contratada, para a correção da execução do mesmo, determinando prazo para a correção. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, III);

- O fiscal técnico informará aos gestores do contrato/Ata de Registro de Preços: **Moema Daniana Resende Morais** - Secretaria Municipal de Educação; **Najara de Freitas Silva** - Secretaria Municipal de Saúde; **Francislea de Almeida Pereira** - Secretaria Municipal de Administração, Obras Urbanismo, Agropecuária, Comércio, Indústria e Meio Ambiente, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, IV).

- No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato/Ata de Registro de Preços nas datas apazadas, o fiscal técnico comunicará o fato imediatamente ao gestor. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, V).

- O fiscal técnico do contrato/Ata de Registro de Preços deverá comunicar ao gestor, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VII).

- O Controle Interno verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos,

solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário (Art. 23, I e II, do Decreto nº 11.246, de 2022).

- Caso ocorram descumprimento das obrigações contratuais, o Controle Interno atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao Secretário responsável, ordenador das despesas, para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência; (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 23, IV).

- O gestor do contrato/Ata de Registro de Preços coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do mesmo, contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, IV).

- O gestor do contrato/Ata de Registro de Preços acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, III).

- O gestor do contrato/Ata de Registro de Preços acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências negativas relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, II).

- O gestor do contrato/Ata de Registro de Preços emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnicos e administrativo quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VIII).

- O gestor do contrato/Ata de Registro de Preços tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, pelo setor com competência para tal, conforme o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, X).

- O gestor do contrato/Ata de Registro de Preços deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VI).

8- CRITÉRIOS DA ENTREGA E DO PAGAMENTO

Recebimento do objeto:

- Os equipamentos deverão ser entregues no prazo de **10 (dez)** dias úteis, de acordo com a ordem de compra, juntamente com a nota fiscal. Os produtos serão recebidos pelo responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato/ata de registro de preços ou servidor por ele indicado, para efeito de posterior ou imediata verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na Proposta.

- Pode ocorrer apenas a conferência de volume no primeiro momento do recebimento dos produtos, de acordo com a nota fiscal, quando a entrega é realizada por terceiros (correios, distribuidoras, logística de transporte, outros). Se houver problemas posteriores na conferência da mercadoria, item por item, fica a

contratada submetida as correções ou trocas necessárias independente se a entrega foi realizada pela Contratada ou serviço terceirizado, para o pleno atendimento do contrato.

- Os produtos rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na Proposta, devem ser substituídos no prazo máximo de 48 horas, a contar do recebimento da notificação, que será feita por e-mail ou aplicativo de mensagens (*WhatsApp*), às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

-O prazo para a entrega poderá ser prorrogado de forma justificada, por igual período, em concordância com a Administração.

Da liquidação:

- Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- a) **A descrição do produto;**
- b) **A data da emissão e saída da NF;**
- c) **Os dados do contrato/ata de registro de preços e do órgão contratante;**
- d) **O período respectivo de execução do contrato/ata de registro de preços, número o Contrato/Ata de registro/Processo Licitatório e o número da requisição/empenho no rodapé da NF (campo observações);**
- e) **O valor a pagar condizente com o contrato e pedido realizado (requisição/empenho);**

- Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará suspensa até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao Contratante;

- A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da Comprovação da Regularidade Fiscal, constatada mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021. Deverá ser verificada pelo Controle Interno após a liquidação e processo de empenho da despesa, juntamente com a Nota Fiscal, sempre antes da autorização de pagamento pelo ordenador de despesas da Secretaria responsável.

Prazo para pagamento:

-O pagamento será efetuado no prazo de até **30 (trinta) dias corridos contados da finalização da liquidação da despesa**, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

Forma de pagamento:

- O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pela Contratada, quando a empresa disponibilizar o serviço de pagamento via PIX a Secretaria.

- Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária do pagamento (recibo de transferência bancária).

- Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

- Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

- O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

Antecipação de pagamento:

- A presente contratação não permite a antecipação de pagamento seja parcial ou total, conforme as regras previstas no presente tópico.

9- FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta:



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO TIAGO

CNPJ: 17.749.904/0001-17

Praça Ministro Gabriel Passos, 681 | Centro | São Tiago | MG | CEP 36.350-000.

www.saotiago.mg.gov.br | prefeitura@saotiago.mg.gov.br

Fone Recepção: (32) 3376-2800



- O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de **LICITAÇÃO**, na modalidade **PREGÃO**, sob a forma **ELETRÔNICA**, com adoção do critério de julgamento pelo menor preço por item.

Forma de entrega

- A entrega do objeto será parcelada de acordo com a requisição de compras, enviado por e-mail.

Exigências para habilitação:

4.12.1. PROVA DE CAPACIDADE JURÍDICA, por intermédio dos seguintes documentos:

4.12.1.1 - Comprovante de registro comercial e cédula de identidade do proprietário, no caso de empresa individual;

4.12.1.2 - Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedade comercial e, em caso de sociedade por ações, acompanhado dos documentos de eleição de seus administradores;

4.12.1.3 - Inscrição do ato constitutivo na entidade competente, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova da diretoria em exercício;

4.12.1.4 - **Deverá ser anexada documento de identidade ou documento legal equivalente do sócio ou dirigente da Empresa licitante;**

4.12.1.5 - Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no país, e, ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir;

4.12.1.6 – Certidão simplificada expedida pela Junta Comercial do Estado Sede da licitante, devendo ser datada dos últimos 180 (cento e oitenta) dias até a data de abertura do Pregão, demonstrando o enquadramento de microempresa/empresa de pequeno porte de acordo com o artigo 8º da Instrução Normativa Nº.103 de 30/04/2007 do Departamento Nacional de Registro do Comércio – DNRC;

4.12.2 - PROVA DE REGULARIDADE FISCAL, PREVIDENCIÁRIA E TRABALHISTA, por intermédio dos seguintes documentos:

4.12.2.1 - Comprovante de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ);

4.12.2.2 - Comprovante de regularidade para com a **Fazenda Federal**, abrangendo as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' e 'd' do parágrafo único do Art. 11 da Lei 8.212 de 24 de julho de 1991;

4.12.2.3 - Comprovante de regularidade para com a **Fazenda Estadual**;

4.12.2.4 - Comprovante de regularidade para com a **Fazenda Municipal**, se for estabelecida fora do Município, observando ao disposto na Lei Federal 13.726 de 8 de outubro de 2018;

4.12.2.5 - Documento comprobatório de regularidade relativo ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (CRF), expedido pela Caixa Econômica Federal;

4.12.2.6 - Documento comprobatório de Regularidade relativo a Débitos Trabalhistas – (CNDT), expedido pelo Tribunal Superior do Trabalho;

4.12.3 - QUALIFICAÇÃO ECONÔMICA-FINANCEIRA, por intermédio do seguinte documento:

4.12.3.1 - Certidão Negativa de Falência ou Concordata expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, em situação de validade.

4.12.4 - OUTROS DOCUMENTOS

4.12.4.1 – deverá apresentar ainda a DECLARAÇÃO UNIFICADA, conforme o modelo constante no anexo



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO TIAGO

CNPJ: 17.749.904/0001-17

Praça Ministro Gabriel Passos, 681 | Centro | São Tiago | MG | CEP 36.350-000.

www.saotiago.mg.gov.br | prefeitura@saotiago.mg.gov.br

Fone Recepção: (32) 3376-2800



Caso admitida a participação de cooperativas, será exigida a seguinte documentação complementar:

- A) A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição e a comprovação de que estão domiciliados na localidade da sede da cooperativa, respeitado o disposto nos art. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei n. 5.764, de 1971;
- B) A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;
- C) A comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários à prestação do serviço;
- D) O registro previsto na Lei n. 5.764, de 1971, art. 107;
- E) A comprovação de integração das respectivas quotas-partes por parte dos cooperados que executarão o contrato; e os seguintes documentos para a comprovação da regularidade jurídica da cooperativa: a) ata de fundação; b) estatuto social com a ata da assembleia que o aprovou; c) regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia; d) editais de convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias;
- F) três registros de presença dos cooperados que executarão o contrato em assembleias gerais ou nas reuniões seccionais; e f) ata da sessão que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da licitação;
- G) A última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o art. 112 da Lei n. 5.764, de 1971, ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador.

10- ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO:

- O custo estimado total desta contratação é de **R\$ 285.487,32 (duzentos e oitenta e cinco mil quatrocentos e oitenta e sete reais e trinta e dois centavos)**, conforme painel de preços do Ministério da Economia, anexo a este Termo de Referência.

11- ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas do presente processo correrão à conta de Dotações Orçamentárias consignadas no orçamento vigente.

São Tiago, 22 de janeiro de 2024.

12- PARECER JURÍDICO

São Tiago, ____ de _____ de _____.

- ☐ Aprovo o presente instrumento
- ☐ Reprovo o presente instrumento.

Assinatura/Carimbo do Assessor Jurídico

13- PARECER CONTROLADOR INTERNO



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO TIAGO

CNPJ: 17.749.904/0001-17

Praça Ministro Gabriel Passos, 681 | Centro | São Thiago | MG | CEP 36.350-000.

www.saotiago.mg.gov.br | prefeitura@saotiago.mg.gov.br

Fone Recepção: (32) 3376-2800



São Thiago, ____ de ____ de ____.

- ☐ Aprovo o presente instrumento
☐ Reprovo o presente instrumento.

Assinatura/Carimbo do Controlador Interno

MARCOS VINICIUS SOUSA LARA Secretário Municipal de Administração Matricula: 1369	RENATA DE ALMEIDA PEREIRA Fiscal de Contrato - Sec. Munic. de Administração; Obras e Urbanismo; Assistência Social; Cultura, Turismo, Esporte e Lazer; Agropecuária, Comercio, Industria e Meio Ambiente Matricula: 1329
OSMAR ROMEU DE SOUSA Secretário Municipal de Obras e Urbanismo Matrícula: 01253	
BRUNO HENRIQUE DOS SANTOS Secretário Municipal de Educação Matricula: 1431	MARIA LUCIENE CAMPOS Fiscal de Contrato - Secretaria Municipal de Educação Matricula: 1294
MARIA CRISTINA LOURENÇO Secretária Municipal de Saúde Matricula: 1265	PABLO JACKSON DA MATA RIBEIRO Fiscal de Contrato – Secretaria Municipal de Saúde Matricula: 1370



ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR – ETP

Estudo Técnico Preliminar 001/2024 - Secretaria de Municipal de Administração.

Assunto: Equipamentos de Proteção Individual – EPI, Equipamento de Proteção Coletivo – EPC e correlatos

1- INTRODUÇÃO

O presente documento caracteriza a primeira etapa da fase de planejamento e apresenta os devidos estudos para a contratação de solução que atenderá à necessidade abaixo especificada. O objetivo principal é estudar detalhadamente a necessidade e identificar no mercado a melhor solução para supri-la, em observância às normas vigentes e aos princípios que regem a Administração Pública.

2- DESCRIÇÃO DE NECESSIDADES

FUNDAMENTAÇÃO:

Descrição da necessidade da contratação, considerado o problema a ser resolvido sob a perspectiva do interesse público. (Art. 7º, inciso I da IN 40/2020 e inciso I do § 1º do art. 18 do PL 4253/2020).

A Secretaria de Administração e demais secretarias, fornecem aos colaboradores desta prefeitura, equipamentos e vestimentas necessários para execução dos serviços prestados, sendo que é obrigatório o fornecimento dos mesmos de acordo com a Lei n.º 6.514/77 da CLT (Consolidação das Leis Trabalhistas).

A empresa é obrigada a fornecer aos colaboradores, gratuitamente, equipamento de proteção individual adequado ao risco e em perfeito estado de conservação e funcionamento, sempre que as medidas de ordem geral não ofereçam completa proteção contra os riscos de acidentes e danos à saúde dos empregados.

Em virtude do concurso público realizado em dezembro de 2023, torna-se necessário um aumento significativo, no quantitativo dos itens em relação aos anos anteriores, interferindo no valor do Plano de Contratações Anual - PCA 2024.

Para isso, é necessário adquirir os produtos relacionados no TR nº 001/2024 para a realização destas distribuições gratuitas.

3- REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

FUNDAMENTAÇÃO:

Descrição dos requisitos necessários e suficientes à escolha da solução, prevendo critérios e práticas de sustentabilidade (Art. 7º, inciso II da IN 40/2020 e inciso III do § 1º do art. 18 do PL 4253/2020).

É imperioso a contratação de empresas para aquisição de materiais de EPI's, EPC e correlatos, para que as secretarias possam proporcionar aos colaboradores municipais, as condições necessárias para a realização dos seus trabalhos rotineiros, proporcionando segurança na área de trabalho.

Os equipamentos e materiais fornecidos deverão conter o CA (Certificado de Aprovação), que é um documento emitido pelo Ministério do Trabalho e Emprego, que identifica Equipamentos de Proteção Individual (EPIs) que estejam em conformidade com as exigências da NR 6 – Equipamento de Proteção Individual.

4- LEVANTAMENTO DE MERCADO

FUNDAMENTAÇÃO:

Levantamento de mercado, que consiste na prospecção e análise das alternativas possíveis de soluções, podendo, entre outras opções: (Art. 7º, inciso III da IN 40/2020).

- a) ser consideradas contratações similares feitas por outros órgãos e entidades, com objetivo de identificar a existência de novas metodologias, tecnologias ou inovações que melhor atendam às necessidades da administração; e

b) ser realizada consulta, audiência pública ou diálogo transparente com potenciais contratadas, para coleta de contribuições. Levantamento de mercado, que consiste na análise das alternativas possíveis, e justificativa técnica e econômica da escolha do tipo de solução a contratar. (inciso V do § 1º do art. 18 do PL 4253/2020)

Para o atendimento ao pleito constante no TR nº 001/2024, foram realizados os levantamentos de preços dos produtos no **Painel de Preços do Ministério da Economia**, que traz todos os certames realizados à nível nacional, dos pregões eletrônicos e ou dispensas de licitações realizadas no Brasil, para proporcionar a margem de preços dos itens, bem como fornecedores e compradores destes, **através dos registros de CATMAT nas referenciais necessárias** ao atendimento da solicitação desta Administração.

5- DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

FUNDAMENTAÇÃO:

Descrição da solução como um todo, inclusive das exigências relacionadas à manutenção e à assistência técnica, quando for o caso, acompanhada das justificativas técnica e econômica da escolha do tipo de solução (Art. 7º, inciso IV da IN 40/2020 e inciso VII do § 1º do art. 18 do PL 4253/2020).

Os produtos relacionados no TR nº 001/2024, foram selecionadas e escolhidos visando o serviço executado por cada servidor.

O critério de escolha foi baseado nos riscos ambientais (físicos, químicos, biológicos, entre outros) e as condições gerais do local dos servidores.

É necessário adquirir os equipamentos e vestuários, conforme justificado nos fundamentos deste documento.

6- ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES

FUNDAMENTAÇÃO:

Estimativa das quantidades a serem contratadas, acompanhada dos documentos que lhe dão suporte, considerando a interdependência com outras contratações, de modo a possibilitar economia de escala (Art. 7º, inciso V da IN 40/2020 e inciso IV do § 1º do art. 18 do PL 4253/2020).

Os produtos relacionados no TR nº 001/2024 e seus quantitativos foram baseados no histórico de uso e saídas, como já dito, dos sistemas de informação de compras, e da demanda solicitada pelo gestor.

Os quantitativos são uma MÉDIA PONDERADA, podendo ser integralmente adquiridos, ou em parte. Por isso a solicitação de preço para **registro de preços**.

Não há impedimentos para que a essa administração não possa adquiri-los, para atendimento das necessidades e do melhor serviço dos colaboradores desta prefeitura.

7- ESTIMATIVA DO PREÇO DA CONTRATAÇÃO

FUNDAMENTAÇÃO:

Estimativa do valor da contratação, acompanhada dos preços unitários referenciais, das memórias de cálculo e dos documentos que lhe dão suporte, que poderão constar de anexo classificado, se a administração optar por preservar o seu sigilo até a conclusão da licitação (Art. 7º, inciso VI da IN 40/2020 e inciso VI do § 1º do art. 18 do PL 4253/2020).

O TR nº 001/2024 é acompanhado do histórico nacional de preços do Portal de Compras do Ministério da Economia (disponível em: <https://www.gov.br/compras/pt-br/agente-publico>), conforme anexo (**ANEXO I do TR**), mediante registros do ano de 2022, 2023 e 2024, a nível nacional.

8- JUSTIFICATIVA PARA PARCELAMENTO

O parcelamento da contratação se justifica pela modalidade escolhida, que é o Registro de Preços. Esta modalidade permite o pagamento dos itens que forem adquiridos à medida em que forem surgindo necessidade de pedidos com base nos controles de estoque a serem efetuados pelos demandantes. Há que se verificar a real necessidade e quantitativos dos pedidos a cada tempo, prezando pela economicidade, preservando o gasto público responsável.

9- CONTRATAÇÕES CORRELATAS/INTERDEPENDENTES



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO TIAGO

CNPJ: 17.749.904/0001-17

Praça Ministro Gabriel Passos, 681 | Centro | São Tiago | MG | CEP 36.350-000.

www.saotiago.mg.gov.br | prefeitura@saotiago.mg.gov.br

Fone Recepção: (32) 3376-2800



Fundamentação: Contratações correlatas e/ou interdependentes. (Art. 7º, inciso VIII da IN 40/2020 e inciso XI do § 1º do art. 18 do PL 4253/2020).

Não há contratações correlatas/interdependentes.

10- ALINHAMENTO COM O PLANO DE CONTRATAÇÃO ANUAL – PCA

FUNDAMENTAÇÃO:

Demonstração do alinhamento entre a contratação e o planejamento do órgão ou entidade, identificando a previsão no Plano de Contratações Anual ou, se for o caso, justificando a ausência de previsão; (Art. 7º, inciso IX da IN 40/2020).

Demonstração da previsão da contratação no plano de contratações anual, sempre que elaborado, de modo a indicar o seu alinhamento com o planejamento da Administração; (inciso II do § 1º do art. 18 do PL 4253/2020)

O PCA 2024, com previsão de compras de material de EPI's, EPC e correlatos, com teto no valor de R\$150.000,00 (cento e cinquenta mil reais). A previsão de despesas, conforme Painel de Preços do Ministério da Economia, baseados em todos os pregões registrados naquele sistema, ficou orçado em de **R\$ 285.487,32** (duzentos e oitenta e cinco mil, quatrocentos e oitenta e sete reais e trinta e dois centavos)

11- DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS PRETENDIDO

FUNDAMENTAÇÃO:

Resultados pretendidos, em termos de efetividade e de desenvolvimento nacional sustentável; (Art. 7º, inciso X da IN 40/2020) Demonstrativo dos resultados pretendidos em termos de economicidade e de melhor aproveitamento dos recursos humanos, materiais e financeiros disponíveis; (inciso IX do § 1º do art. 18 do PL 4253/2020).

Fornecer aos servidores desta prefeitura, equipamentos e vestimentas necessários para proteção individual e coletiva na execução dos serviços, sendo que é obrigatório o fornecimento dos mesmos de acordo com a Lei n 6.514/77 da CLT (consolidação das Leis Trabalhistas)

12- PROVIDÊNCIAS PRÉVIAS AO CONTRATO

FUNDAMENTAÇÃO:

Providências a serem adotadas pela administração previamente à celebração do contrato, inclusive quanto à capacitação de servidores ou de empregados para fiscalização e gestão contratual ou adequação do ambiente da organização; (Art. 7º, inciso XI da IN 40/2020 e inciso X do § 1º do art. 18 do PL 4253/2020).

Estas observações são relacionadas no TR nº 001/2024.

13- IMPACTOS AMBIENTAIS

FUNDAMENTAÇÃO:

Possíveis impactos ambientais e respectivas medidas de tratamento. (Art. 7º, inciso XII da IN 40/2020) Descrição de possíveis impactos ambientais e respectivas medidas mitigadoras, incluídos requisitos de baixo consumo de energia e de outros recursos, bem como logística reversa para desfazimento e reciclagem de bens e refugos, quando aplicável. (inciso XII do § 1º do art. 18 do PL 4253/2020)

Não há estudos a respeito, uma vez que esta Administração não dispõe de técnicos de segurança do trabalho em seus quadros de colaboradores, para realizar tal estudo, ou demonstrá-los de forma documental.



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO TIAGO

CNPJ: 17.749.904/0001-17

Praça Ministro Gabriel Passos, 681 | Centro | São Tiago | MG | CEP 36.350-000.

www.saotiago.mg.gov.br | prefeitura@saotiago.mg.gov.br

Fone Recepção: (32) 3376-2800



14- VIABILIDADE DA CONTRATAÇÃO

FUNDAMENTAÇÃO:

Posicionamento conclusivo sobre a viabilidade e razoabilidade da contratação. (Art. 7º, inciso XIII da IN 40/2020). Posicionamento conclusivo sobre a adequação da contratação para o atendimento da necessidade a que se destina. (inciso XIII do § 1º do art. 18 do PL 4253/2020)

Esta administração está apta, técnica e financeiramente, para a execução do Termo de Referência.

15- PARECER JURÍDICO

São Tiago, ____ de ____ de ____.

- ☐ Aprovo o presente instrumento
☐ Reprovo o presente instrumento.

Assinatura/Carimbo do Assessor Jurídico

16- PARECER CONTROLADOR INTERNO

São Tiago, ____ de ____ de ____.

- ☐ Aprovo o presente instrumento
☐ Reprovo o presente instrumento.

Assinatura/Carimbo do Controlador Interno

São Tiago, 22 de janeiro de 2024.

MARCOS VINICIUS SOUSA LARA Secretário Municipal de Administração Matricula: 1369	RENATA DE ALMEIDA PEREIRA Fiscal de Contrato - Sec. Munic. de Administração; Obras e Urbanismo; Assistência Social; Cultura, Turismo, Esporte e Lazer; Agropecuária, Comercio, Industria e Meio Ambiente Matricula: 1329
OSMAR ROMEU DE SOUSA Secretário Municipal de Obras e Urbanismo Matrícula: 01253	
BRUNO HENRIQUE DOS SANTOS Secretário Municipal de Educação Matricula: 1431	MARIA LUCIENE CAMPOS Fiscal de Contrato - Secretaria Municipal de Educação Matricula: 1294
MARIA CRISTINA LOURENÇO Secretária Municipal de Saúde Matricula: 1265	PABLO JACKSON DA MATA RIBEIRO Fiscal de Contrato – Secretaria Municipal de Saúde Matricula: 1370



ANEXO II

MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS

Timbre ou identificação do licitante

À PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO TIAGO - MG
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 002/2024.

ESPECIFICAÇÃO DO OBJETO - MODELO PLANILHA/PROPOSTA COMERCIAL

Aquisição de Equipamentos de Proteção Individual – EPI, Equipamentos de Proteção Coletiva – EPC e correlatos							
ITEM	ESPECIFICIDADE DO PRODUTO	QUANT.	UNID.	CA	MARCA	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	AVENTAL EM PVC Material: pvc - cloreto de polivinila Modelo: unissex Tipo: proteção Cor: branca Características adicionais: dupla face/com tira de ajuste no pescoço e cintura Aplicação: uso em aplicação de inseticida e produtos químicos em geral Tamanho: único	260	Ud.				
2	BOLSA DE LONA PARA ACS E ACE Material: lona 100% algodão Tipo: alça dupla Cor: azul, bege, cinza ou preto Comprimento: 40 cm Largura (aprox): 15 cm Altura: 35 cm Características adicionais: com divisória interna, mínimo 3 compartimentos	130	Ud.				
3	BONÉ ÁRABE Material corpo: brim Material aba: polietileno Material regulador abertura: velcro Modelo: touca árabe Cor: caqui Características adicionais: modelo com proteção para pescoço e ombro Tamanho: M	210	Ud.				
4	BOTA GALOCHA SEM FORRO Material: borracha Tipo cano: médio Tamanho: médio Cor: preta Características adicionais:	240	Par				

	antiderrapante Tamanho: sob medida						
5	BOTINA SEGURANÇA Material: microfibra Material sola: poliuretano (PU) bi-densidade Características adicionais: fechamento em velcro, biqueira de composite Tamanho: sob medida Cor: preta	300	Par				
6	BOTINA SEGURANÇA EM COURO Material: Couro Material Sola: Borracha Modelo: Com Elástico Nas Laterais Características Adicionais: Biqueira Em Polipropileno Cor: Preta Tamanho: Sob Medida	420	Par				
7	SAPATO FEMININO Material: couro hidrofugado Tipo: segurança Material sola: poliuretano injetado antiderrapante Tamanho: sob medida Cor: branca Características adicionais: sem cadarço, cano baixo e sem biqueira	80	Par				
8	SAPATO BORRACHA BRANCO Material: copolímero de borracha Tipo: anatômico/fechado Características adicionais: autoclavável, antiderrapante, devidamente aprovado nos TESTES DE EFICÁCIA E ATIVIDADE ANTIMICROBIANA em conformidade com a Norma "JIS Z 2801" Tamanho: sob medida	46	Par				
9	CAIXA TRANSPORTE ANIMAL Material: Polipropileno Dimensões: 102 X 72 X 76 CM Características Adicionais: Grade E Janelas Laterais em Metal Aplicação: Cão e animais similares Tipo: Desmontável	05	Ud.				
10	CALÇA PROTEÇÃO INDIVIDUAL Material: 100 % Poliéster, Forro Em Gersey Tipo Uso: Operador de Motosserra Tamanho: M Características Adicionais: Anti-Corte, Costura C/ Linha 140, Cavalo Reforçado	01	Ud.				

11	CAPA CHUVA TIPO PONCHO Material: nylon emborrachado Transmitância: Opaca Cor: Preto, Gelo E Cinza Características Adicionais: Padrão Camuflado Urbano, Com Capuz Tipo Poncho Padrão: EB – Exército Brasileiro Tamanho Referência: SOB MEDIDA	210	Ud.				
12	CAPA CHUVA SIMPLES TRANSPARENTE Material: Poliéster E PVC Transmitância: Transparente Cor: Incolor Características Adicionais: Capuz, Botões Plástico Pressão, Com Solda Eletrônica Tamanho Referência: P Ao XGG Não É Produto Descartável De Uso Único	300	Ud.				
13	CAPACETE DE SEGURANÇA Confeccionado em polietileno de alta densidade Tipo: aba frontal com copa com nervura, Cor: amarelo ou branco, Características adicionais: tipo II, CL.B, LOG, ABNT 1132, com acessórios	03	Ud.				
14	CINTA ERGONÔMICA Tipo: cinta ergonômica lombar abdominal Material: 70% algodão, 08% poliamida, 10% poliéster, 02% po- Aplicação: proteção individual Características adicionais: tamanhos variados conforme modelo do órgão	110	Ud.				
15	COADOR TIPO PENEIRA 17 CM Material total: aço inoxidável Características adicionais: com cabo Diâmetro: 17 cm	20	Ud.				
16	COLETE IDENTIFICAÇÃO Órgão da Administração Municipal Material: tecido Tipo tecido: brim 100% algodão Quantidade bolsos: 2 bolsos inferiores e 2 bolsos superiores Características adicionais: conforme modelo do órgão Logomarcas e identificação FISCALIZAÇÃO ou NOME DO ÓRGÃO, nas costas Tamanho: Sob medida PP ao XGG	120	Ud.				

17	COLETE SEGURANÇA Material: pvc - cloreto de polivinila Tratamento superficial: poliéster e pvc - cloreto de polivinila refletivo Modelo: blusão com tela em pvc para respiro Cor: laranja/verde com refletivo prata	62	Ud.				
18	Cone sinalização Material: pvc flexível Altura: mínimo 72 cm Cor: laranja fluorescente Peso: mínimo 3 kg Características adicionais: base quadrada, c/2 colares refletivos auto-adesivo	90	Ud.				
19	Corda poliamida Material: 100% poliamida Tipo: dinâmica Diâmetro: 10 mm Ponto ruptura: 9,4 kn Cor: a escolher Aplicação: escalada Características adicionais: marcação a preto que indica o meio da corda	600	Mts				
20	CAMBÃO Equipamento / Acessório Animal/ Tipo: Cambão Para Contenção Material: Alumínio Características Adicionais: Empunhadura De Borracha, Cabo De Aço Interno	04	Ud.				
21	BASTÃO PARA CONTENÇÃO ANIMAL Equipamento / Acessório Animal/ tipo: contenção/ proteção/ imobilização do animal material: alumínio características adicionais: empunhadura de borracha, cabo de aço interno	04	Ud.				
22	FILTRO PARA MÁSCARAS Respiradores faciais para gases com 1 ou 2 filtros Tipo: químico, classe 1 Modelo: carvão ativado Compatibilidade: compatível com aspirador de vapores orgânicos	30	Ud.				
23	FITA SINALIZAÇÃO Material: Plástico Comprimento: 200 M Largura: 7 CM Cor: Preta E Amarela Aplicação: Demarcação E Isolamento	50	Rolo (c/ 200 m)				

24	Focinheira grande em couro Material: couro Tamanho: grande Aplicação: caninos	10	Ud.				
25	Focinheiras em pvc Material: pvc - cloreto de polivinila Tamanho: 2, 4, 6, 8 e 10 Aplicação: caninos Características adicionais: com velcro ajustável e borracha de proteção Tamanho a escolher	50	Ud.				
26	JAQUETA E CALÇA CONTRA CHUVA Material: tecido 100% nylon-ripstop Componentes: jaqueta e calça Tipo uso: motociclista, proteção contra chuva Cor: preta Tamanho: sob medida Características adicionais: ajuste na cintura por elástico e cordão de nylon Tipo manga: longa com elástico nos punhos Quantidade botões: 4 un Gramatura: 98 g/m2	150	Ud.				
27	LANTERNA ELÉTRICA 100 LÚMENS material: emborrachado tipo: portátil, recarregável características adicionais: a prova d'água luminosidade: 100 lúmens (mínimo) tipo lâmpada: led cob tipo bateria: recarregável via usb acessórios: carregador bivolt, cabo usb	20	Ud.				
28	LUVA PARA LIMPEZA Material: nitrílica Aplicação: limpeza Tipo punho: longo Tamanho: sob medida Cor: azul Acabamento palma: liso Esterilidade: não esterilizada Características adicionais: sem forro	13	Cx. (c/ 100 Ud.)				
29	LUVA LONGA DE PVC Material: poliamida com poliuretano Aplicação: Superfície palmar antiderrapante, para utilização em atividades que demandam excelente sensibilidade tátil e aderência no manuseio Características Adicionais:	300	Par				

	Tamanhos PP ao XGG a escolher						
30	LUVA DE RASPA DE COURO Material: Raspa De Couro Tamanho: Variado Aplicação: Soldador Características Adicionais: Costurado com fio Kevlar, forrada até o punho	120	Par				
31	LUVA PARA PROCEDIMENTO NÃO CIRÚRGICO Material: Vinil Tamanho: Sob medida Características Adicionais: Sem Pó, descartável Esterilidade: Não Estéril Apresentação: Atóxica Tipo: Ambidestra Modelo: Formato Anatômico Finalidade: resistente à tração	100	Cx. (c/ 100 Ud.)				
32	LUVA PROTEÇÃO DE AÇO Material malha de aço inoxidável, tamanho a escolher: PP ao XGG Cano: curto Características adicionais fita Para ajuste nos punhos, resistente a cortes	20	Par				
33	LUVA SEGURANÇA NITRÍLICO Material: Nitrílico Aplicação: Produtos Químicos Características Adicionais: Flocada Internamente Com Algodão Modelo: Ambidestra Cor: Preta ou Cinza Tipo: Descartável	2300	Par				
34	LUVA TRICOTADA Material: Tricotada 4 Fios Algodão Tamanho: Único Aplicação: Proteção Individual Características Adicionais: 100% Algodão/Sem Costura Cor: Natural	30	Par				
35	MARTELO TIPO PICARETA Material: Aço Material Cabo: Aço Tubular Tipo: Picareta para ACE Tamanho: 300 MM (30 cm)	20	Ud.				
36	MÁSCARA CONTRA GASES 2 FILTROS Tipo de Proteção facial total: Agentes químicos e biológicos Material: borracha natural e derivados de petróleo Filtro: removível / substituível, Aplicação: facial com visor, cor	30	Ud.				

	Preta, tamanho único Características adicionais: com 02 filtros frontais						
37	MÁSCARA DESCARTÁVEL USO GERAL Material: Tnt (Tecido Não Tecido) Tipo Fixação: Contorno Total, Com Elástico Características Adicionais: Proteção De Barba E Bigode Tamanho: Único	60	Cx. (c/50 Ud.)				
38	MASCARA PFF2 Máscara Proteção Resp. C/ Anvisa Modelo: respirador dobrável, tipo bico de pato Material: Camadas Fibras Sintéticas Filtro: Eficiência Filtração Mín. 94% S Classe: Pff2, N95 Ou Equivalente Adicional: Carvão Ativado Componente: Clipe Nasal Tipo Fixação: Tiras Vedação Anatômica Adicional 2: C/ Válvula Cor: C/ Cor Tamanho: Adulto Esterilidade: Descartável	3000	Ud.				
39	MÁSCARA SOLDADOR Tipo: Fotossensível Tempo Escurecimento: Menor Que 1/25000 Seg. Tempo Clareamento: 0,25/Seg. Área De Visão: 95,50 X 28,55 MM Alimentação: Bateria, Aaa Temperatura Operação: -5 + 55 °C Características Adicionais: Detector De Circuito Autosense	02	Ud.				
40	ÓCULOS PROTEÇÃO TRANSPARENTE Material Armação: Policarbonato Tipo Proteção: Lateral/Frontal Tipo Lente: Anti-Risco Cor Lente: Incolor Aplicação: Proteção Dos Olhos, Contra Poeira E Resíduos Do Ar Características Adicionais: UVA/UVB/Ajuste Comprimento Hastes Material Lente: 100% Policarbonato Cor Armação: Preta	180	Ud.				
41	ÓCULOS PROTEÇÃO FUMÊ Material Armação: Policarbonato Tipo Proteção: Lateral Cor Lente: Fumê Aplicação: Proteção Geral	30	Ud.				

	Características Adicionais: Resistente A Impactos						
42	PIPETADOR (PIPETÃO) Material: PVC e Borracha Tipo: Manual Capacidade: Até 100 mL Ajuste: Tipo Pera Características adicionais: ponta e corpo em PVC, pera em borracha aplicação manual pelo Agente de Endemias (recolhimento de larvas)	20	Ud.				
43	PROTETOR AURICULAR TIPO CONCHA Tipo Concha: Dupla Material: Plástico Rígido Material Haste: Aço Inoxidável Material Almofada: Espuma Tamanho: Único Características Adicionais: Formato Oval, Regulável, Nível Ruídos 31db Material Interno: Espuma Espessura: 10 MM	55	Ud.				
44	PROTETOR AURICULAR TIPO PLUG Tipo: Plugue Material: Elastômero Sintético Tamanho: Único Características Adicionais: Cordão PVC/acompanha caixa plástica para proteção, produto reutilizável/lavável	120	Par				
45	PROTETOR SOLAR COMPLETO Tipo Proteção: UVA/UVB Fator Proteção: Fator 60 Forma Farmacêutica: loção Adicional: Com cor, branco, fragrância característica Características adicionais: frasco 120 mL	800	Fr. (c/ 120 ml)				
46	REDE CAPTURA ANIMAL Material: Seda e Nylon Tipo: Neblina Comprimento: 7 Metros Aplicação: Morcegos hematófago e pássaros Largura: 3 Metros Tamanho Malha: 20 mm Cor: Preta Quantidade Prateleiras: 4 unidades	04	Ud.				
47	REDE PUÇÁ (PASSAGUÁ) Material Tela: nylon Material Cabo: Madeira Material Arco: Metal Diâmetro Arco: 60 CM Comprimento Cabo: 2 Metros	04	Ud.				



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO TIAGO

CNPJ: 17.749.904/0001-17

Praça Ministro Gabriel Passos, 681 | Centro | São Tiago | MG | CEP 36.350-000.

www.saotiago.mg.gov.br | prefeitura@saotiago.mg.gov.br

Fone Recepção: (32) 3376-2800



	Aplicação: captura de larvas, pós larvas e alevinos Tipo Malha: 8 Mm						
48	REPELENTE SPRAY ICARIDINA Princípio Ativo: À Base de icaridina Concentração: Até 25% Característica Adicional: isento de óleo Forma Farmacêutica: Loção Frasco 200 mL	300	Fr. (c/ 200 ml)				
49	VESTUÁRIO PROTEÇÃO MACACÃO Tipo: Macacão Selado Material: 100% Polietileno A escolher: PP ao XXG Componentes: macacão com capuz e fechamento com zíper tipo uso: proteção contra aerossóis, risco biológico características adicionais: elástico no punho e tornozelo, pala de proteção Cor: Branca	400	Ud.				

VALOR TOTAL DA PROPOSTA R\$.....(.....).

Obs.: Os equipamentos e materiais fornecidos, no que couber, deverão conter o CA (Certificado de Aprovação), que é um documento emitido pelo Ministério do Trabalho e Emprego, que identifica Equipamentos de Proteção Individual (EPIs) que estejam em conformidade com as exigências da NR 6 – Equipamento de Proteção Individual.

Prazo de validade da proposta: 60 (sessenta) dias, no mínimo, a contar da data da sua apresentação.

Declaro que os preços consignados nesta proposta abrangem todas as despesas com equipamentos, transportes, leis sociais, seguros, todos os tributos incidentes e demais encargos, enfim todos os custos diretos e indiretos necessários para fornecimento dos produtos citados no objeto.

Razão Social: _____

Endereço: _____

CNPJ: _____

Representante: Nome: _____

Cargo: _____

Assinatura: _____

Tel.: _____

E-mail: _____

Local e Data: _____



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO TIAGO

CNPJ: 17.749.904/0001-17

Praça Ministro Gabriel Passos, 681 | Centro | São Tiago | MG | CEP 36.350-000.

www.saotiago.mg.gov.br | prefeitura@saotiago.mg.gov.br

Fone Recepção: (32) 3376-2800



ANEXO III

MODELO - ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

ÓRGÃO OU ENTIDADE PÚBLICA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º/2024.

O MUNICÍPIO DE SÃO TIAGO, com sede administrativa na Praça Ministro Gabriel Passos, nº 681, centro em São Tiago, CEP: 36.350-000, inscrito no CNPJ sob o nº 17.749.904.0001-17, neste ato representado pelo Prefeito Municipal Sr. Alexandre Nonato Almeida Vivas, doravante designado ORGÃO GERENCIADOR, e a empresa _____, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº _____, estabelecida na _____, na cidade de _____, neste ato representada pelo(a) Sr(a). _____, inscrito(a) no CPF sob o nº. _____, portador(a) do RG nº. _____, doravante denominada DETENTORA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS resolve, com integral observância das normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, Decreto Municipal nº 3.725 de 09 de janeiro de 2024 e nas condições estabelecidas no Edital 002/2024 - Processo Administrativo nº 031/2024, licitação na modalidade Pregão Eletrônico nº 002/2024, homologado em ____ de _____ de 2024, firmar a presente Ata de Registro de Preços, em conformidade com as disposições a seguir:

1 DO OBJETO

1.1 A presente Ata tem por objeto o Registro de Preços para futura, eventual e parcelada aquisição **de equipamentos de proteção individual – EPI, equipamentos de proteção coletiva – EPC e correlatos**, em atendimento as Secretarias Municipais de Administração, Educação, Saúde, Obras e Urbanismo e Agropecuária, Comércio, Indústria e Meio Ambiente conforme especificações e quantitativos constantes no Termo de Referência do Edital 002/2024, que é parte integrante desta Ata, assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição.

2 DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2.1 O preço registrado, as especificações do objeto, as quantidades máximas de cada item, fornecedor(es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	QUANT.	UNID.	MARCA	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
------	---------------	--------	-------	-------	----------------	-------------

2.2 A listagem do cadastro de reserva referente ao presente registro de preços consta como anexo a esta Ata.

3 DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

3.1 Não será admitida a adesão à ata de registro de preços decorrente desta licitação.

4 - DO PRAZO, DA ENTREGA E PAGAMENTO

4.1 O prazo de entrega dos itens é de 10 (dez) dias úteis, contados a partir do envio da requisição (cópia) e/ou empenho (cópia)

4.2 Qualquer atraso na entrega do objeto desta licitação será passível de aplicação das penalidades prevista neste instrumento e subsidiariamente pela Lei Federal nº 14.133/21.

4.3 O pagamento será efetuado no prazo de até **30 (trinta) dias corridos contados da finalização da liquidação da despesa**, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

4.4 O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pela Contratada.

4.5 Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária (recibo de transferência bancária).

4.6 Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

4.7 Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

4.8 O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

5 VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA

5.1 A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.

5.1.1 O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.

5.2 Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.

5.3 A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.4 O instrumento contratual de que trata o item 5.2. deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.

5.5 Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.6 Após a homologação da licitação ou da contratação direta, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da Ata de Registro de Preços:

5.6.1 Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto *no edital* e se obrigar nos limites dela;

5.6.2 Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:

5.6.2.1 Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e

5.6.2.2 Mantiverem sua proposta original.

5.6.3 Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.

5.7 O registro a que se refere o item 5.6.1 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.

5.8 Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

5.9 A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

5.9.1 Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital e

5.9.2 Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 8.1.

5.10 O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da Ata de Registro de Preços.

5.11 Após a homologação da licitação ou da contratação direta, o licitante mais bem classificado ou o fornecedor, no caso da contratação direta, será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação ou no aviso de contratação direta, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

5.11.1 O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante ou fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.

5.12 A Ata de Registro de Preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no Sistema de Registro de Preços.

5.13 Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no aviso de contratação, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

5.14 Na hipótese de nenhum dos licitantes, aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital, poderá:

5.14.1 Convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

5.14.2 Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes ou fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

5.15 A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

6 ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

6.1 Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

6.1.1 Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

6.1.2 Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

6.1.3 Na hipótese de previsão no edital ou no aviso de contratação direta de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

6.1.4 No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;

6.1.5 No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

7 NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS

7.1 Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

7.1.1 Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

7.1.2 Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.

7.1.3 Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

7.1.4 Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciar negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.2 Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.

7.3 Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.

7.4 Na hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.

7.5 Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados.

7.6 Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da Ata de Registro de Preços, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.

7.7 Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

7.8 O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da Ata de Registro de Preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

8 CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS

8.1 O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:

8.2 Descumprir as condições da Ata de Registro de Preços, sem motivo justificado;

8.3 Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;

8.4 Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27, do Decreto Municipal nº 3.725/2024;

Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.5 Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da Ata de Registro de Preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

8.6 O cancelamento de registros será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.

8.7 Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.

8.8 O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

8.9 Por razão de interesse público;

8.10 A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou

8.11 Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado, nos termos do Decreto Municipal 3.725/2024,

9 DAS PENALIDADES

9.1 O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no Edital 002/2024.

9.2 As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.

9.3 É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta Ata de Registro de Preço (Art. 6º, inc. IX do Decreto Municipal nº 3.725, de 2024), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 7º, inc. IX, do Decreto Municipal nº 3.725, de 2024).

9.4 O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no item 9.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

10 CONDIÇÕES GERAIS

10.3 As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência (ANEXO I).

10.4 No caso de adjudicação por preço global de grupo de itens, só será admitida a contratação de parte de itens do grupo se houver prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para o órgão ou a entidade.

10.5 Os casos omissos serão dirimidos, com observância da Legislação regedora, em especial a Lei 14.133/2021 e Decreto Municipal 3.725/2024

10.6 Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em 2 (duas) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes e encaminhada cópia aos demais órgãos participantes.

São Tiago-MG, de de 2024.			
Município de São Tiago		Detentora da Ata	
Nome:	Alexandre Nonato Almeida Vivas	Nome:	_____
C.I:	_____	C.I:	_____
CPF:	_____	CPF:	_____
Cargo:	Prefeito	Cargo:	_____
Testemunha 1		Testemunha 2	
Ass.:	_____	Ass.:	_____
Nome:	_____	Nome:	_____
C.I:	_____	C.I:	_____
CPF:	_____	CPF:	_____



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO TIAGO

CNPJ: 17.749.904/0001-17

Praça Ministro Gabriel Passos, 681 | Centro | São Thiago | MG | CEP 36.350-000.

www.saotiago.mg.gov.br | prefeitura@saotiago.mg.gov.br

Fone Recepção: (32) 3376-2800



ANEXO IV

MODELO DE DECLARAÇÃO UNIFICADA (papel timbrado da licitante)

À Pregoeira e Comissão de Contratação

Prefeitura Municipal de São Thiago/MG

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 002/2024

Pelo presente instrumento, a empresa, CNPJ nº, com sede na, através de seu representante legal infra-assinado, que:

- 1) ☐ **DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO EPP/ME/MEI/SOCIEDADE COOPERATIVA** - Declaro que cumpro os requisitos estabelecidos no [artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006](#), estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus [arts. 42 a 49](#), observado o disposto nos [§§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021](#).
- 2) ☐ **DECLARAÇÃO REFERENTE AO INCISO XXXIII DO ART. 7º DA CF** – Declaro que para os fins do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal, não empregamos menores de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e nem menores de dezesesseis anos, em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir dos quatorze anos de idade, em cumprimento ao que determina o inciso V do art. 27 da Lei nº 8.666/93, acrescida pela Lei nº 9.854/99.
- 3) ☐ **DECLARAÇÃO DE CONCORDÂNCIA DO EDITAL:** Declaro que estou ciente e concordo com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;
- 4) ☐ **DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATOS IMPEDITIVOS:** Declaro sob as penas da lei, que até a presente data inexistem fatos impeditivos para a minha habilitação no presente processo licitatório, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.
- 5) ☐ **DECLARAÇÃO DE NÃO TRABALHO FORÇADO E DEGRADANTE:** Declaro que não possuo, em minha, cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inc. III do art. 5º da Constituição Federal.
- 6) ☐ **DECLARAÇÃO DE RESERVA CARGO PARA PESSOA DEFICIENTE:** Declaro as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.
- 7) ☐ **DECLARAÇÃO DO LICITANTE ORGANIZADO EM COOPERATIVA:** Declaro que cumpro os requisitos estabelecidos no [artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

..... de 2024.

Assinatura do Responsável pela Empresa
(Nome Legível/Cargo)